



MUNICÍPIO de  
**Terras de Bouro**

# DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2015

Aprovações:  
Câmara Municipal  
Assembleia Municipal

30/10/2014  
28/11/2014

## ÍNDICE

1. Apresentação.....	3
2. Grandes Opções do Plano .....	6
3. Obras e Projetos Municipais.....	25
4. Apoio às Juntas de Freguesia.....	27
5. Política orçamental.....	27
6. Execução dos Projetos .....	29
7. Financiamentos .....	30
8. Gestão do Pessoal.....	31
Mapa de Pessoal .....	32
9. Normas de execução do orçamento .....	36
10. Mapas	
10.1. Resumo do Orçamento.....	50
10.2. Orçamento da Receita .....	51
10.3. Orçamento da Despesa.....	54
10.4. Atividades mais relevantes .....	59
10.5. Plano Plurianual de Investimentos .....	60
11. Anexos	
11.1. Encargos com empréstimos .....	62
11.2. Quadro-resumo dos subsídios ao investimento .....	64
11.3. Mapa das entidades participadas.....	65

## **1. APRESENTAÇÃO**

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, apresentamos aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos com as **Grandes Opções do Plano (GOP)** e o **Orçamento do Município (OM) para o ano de 2015**, que contêm também o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** e as opções estratégicas que queremos ver concretizadas no presente e no futuro.

À semelhança dos anos anteriores, a apresentação destes documentos previsionais ocorre numa conjuntura de crise financeira, económica e social que, desde 2010, afeta gravemente o país e as autarquias e que continuará certamente a repercutir-se nos próximos anos no orçamento municipal e, mais grave ainda, nos orçamentos das famílias, com o desemprego, a falta de poder de compra, a diminuição da qualidade de vida, a redução da taxa de natalidade e o consequente envelhecimento da população a assumirem contornos dramáticos.

O Plano de Atividades e o Orçamento Municipal, que aqui apresentamos, foram elaborados com a preocupação de responderem às dificuldades previsíveis das pessoas e, por isso, contaram com o contributo dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que, tendo em conta o momento de grave crise económica e financeira nacional que também afeta os municípios, solicitaram, sobretudo, a resolução das situações prioritárias nas respetivas freguesias.

Quanto à concretização de projetos e obras públicas, todos nós temos plena consciência de que o momento é de contenção da despesa municipal e tal concretização está fortemente condicionada pelos Fundos Comunitário “Portugal 2020” e “Norte 2020”, que neste momento ainda se encontram numa fase de indefinição. Não sabemos em concreto que projetos serão cofinanciados. Esta situação limita muito a elaboração do Plano de Atividades e do Orçamento do Município para 2015.

Também sabemos que o nosso concelho, como sempre referimos nos documentos previsionais dos últimos cinco anos, está asfixiado por vários instrumentos normativos de gestão do território: um Plano de Ordenamento do Parque Nacional da

Peneda-Gerês (POPNG) e um Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC) que limitam o desenvolvimento do território e a concretização das potencialidades turísticas do nosso concelho; uma Reserva Ecológica Nacional (REN) e uma «Rede Natura 2000» que abarcam cerca de 95% do concelho e impedem intervenções no território. Qualquer obra em Terras de Bouro necessita de inúmeros pareceres externos. Defendemos que é necessário preservar a natureza, mas as pessoas que vivem em áreas protegidas também têm direito a uma vida condigna como os restantes cidadãos do país.

Temos a perfeita noção de que não será nada fácil resolver os problemas da desertificação do concelho e do envelhecimento da população. Sempre soubemos que era um combate difícil, agora muito mais complicado devido à crise económica e social que arrasa o país. Tal crise nacional tem reduzido significativamente as receitas municipais, provocando a diminuição da capacidade para implementar mais medidas que combatessem a perda de população e o desemprego. Cada vez há menos dinheiro para investir e, sem dinheiro, não é possível concretizar as estratégias de desenvolvimento do concelho. Contudo, no ano de 2015, as transferências do OE para a autarquia terão um aumento de cerca de 280.000 € que nos apraz registar. Continuaremos a lutar, como fizemos ao longo do mandato autárquico anterior, contra o desemprego e a perda de população. Também não abdicaremos das obras que consideramos fundamentais para Terras de Bouro, mas estamos fortemente condicionados aos apoios financeiros do Quadro Estratégico Comum (QEC) – Fundos de Investimento Comunitário. De forma clara: sem fundos financeiros comunitários não teremos capacidade de executar obras de grande relevo.

As nossas propostas de atividades e projetos assentam no diagnóstico das necessidades que vamos fazendo para o nosso concelho. Continuaremos a apostar nas obras que possam promover a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações.

Continuaremos a trabalhar para valorizar o nosso concelho e construir um futuro melhor para todos. Sabemos que isso só é possível com o esforço, o empenho, a determinação e o rigor nas opções e nas despesas por parte das Assembleias e Juntas

de Freguesia, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Por isso, é nosso objetivo estratégico continuar a valorizar o papel das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal na construção de um concelho mais próspero. Manteremos com as Juntas de Freguesia um diálogo constante e facultaremos o apoio técnico e financeiro necessário à concretização das obras prioritárias num contexto de crise. Continuaremos a solicitar à Assembleia Municipal a discussão dos assuntos que considerarmos de interesse para as populações e para o futuro do concelho.

A nossa atuação será objeto de monitorização e avaliação permanente, ajustando-a a novas realidades e necessidades que, certamente, surgirão ao longo do ano de 2015.

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal

(Joaquim José Cracel Viana)

## **2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2015 assentam nos seguintes objetivos estratégicos que desde o início da nossa gestão autárquica definimos para o nosso concelho:

- Continuar o esforço de equilíbrio das contas do Município;
- Promover o emprego;
- Combater a perda de população;
- Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das populações;
- Tornar o concelho atrativo ao investimento privado;
- Promover o desenvolvimento económico do concelho alicerçado no turismo e na agricultura;
- Dinamizar cada vez mais os edifícios e as estruturas municipais: Centro de Animação da Vila Termal do Gerês, Centro Náutico de Rio Caldo, Postos de Turismo, Museus, Centros Interpretativos, Piscinas Municipais, Casa dos Bernardos, Espaços Públicos, etc.

Face a estes objetivos estratégicos, continuaremos a apostar na melhoria das acessibilidades, na eficiência do abastecimento domiciliário de água e do saneamento básico, no apoio à construção de habitação própria para jovens e grupos carenciados, no apoio aos agricultores, empresários, jovens e idosos, na requalificação de espaços públicos, na recuperação do património histórico e cultural, na dinamização social, cultural e desportiva, na dinamização do turismo, na promoção do concelho, na atração de investidores, no equilíbrio entre as receitas e as despesas do Município.

A respeito da situação económica e financeira do Município, importa referir que, ao longo da nossa gestão autárquica, reduzimos o tempo médio de espera dos fornecedores e empreiteiros para pagamento dos seus serviços, mesmo tendo havido uma redução significativa da receita municipal proveniente das transferências do Orçamento de Estado para o nosso Município. Salientamos, com agrado, que, em 2015,

essas transferências terão um acréscimo de cerca de 280.000 € que permitirão a concretização de alguns investimentos. Reduzimos, em apenas cinco anos, o montante da dívida de médio e longo prazo em 2.062.779,13 €, o que significa uma redução de 37,81%. No final do terceiro trimestre de 2014, a dívida municipal de médio e longo prazo era de 3.392.738,81 €, o que acarretará uma despesa em juros e amortizações, ao longo do ano de 2015, no montante de 373.884,87 €. É nosso propósito, ao longo de 2015, apesar de já termos atingido um desempenho globalmente positivo, continuar a reduzir a dívida de médio e longo prazo e a reduzir o espaço temporal das transferências para as Juntas de Freguesia e para outras Instituições dos montantes deliberados para obras e outros apoios financeiros.

Em tempo de crise económica e de contenção orçamental, temos conseguido melhorar e equilibrar as contas do Município. Contudo, a situação financeira do Município continua a exigir dos autarcas a seleção criteriosa das obras prioritárias e com possibilidades de se concretizarem e de serem pagas dentro dos prazos exigidos pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Procurando responder às necessidades prioritárias da população e tendo em consideração o contexto de crise que nos afeta (crise económica, social e orçamental) e a indefinição do Quadro Estratégico Comum (QEC) – Fundos de Investimento Comunitário, apresentamos de seguida as atividades e iniciativas que pretendemos realizar ao longo de 2015.

## **EMPREGO**

O nosso concelho, apesar de possuir potencialidades únicas sobretudo ao nível do turismo, apresenta sérios constrangimentos em termos de atração económica e consequente criação de emprego, que resulta das fracas vias de acesso aos grandes centros urbanos e dos condicionalismos impostos por vários regulamentos do ordenamento do território (POPMPG, POAC, REN, RAN, REDE NATURA 2000).

Concorre também para aumentar as dificuldades de criação de emprego a atual crise económica do país, sujeito a um programa de ajuda financeira externa imposto

pela Troika, onde o investimento público praticamente não existe e o investimento privado está bloqueado por falta de crédito bancário.

O desemprego é, sem dúvida, a principal consequência da crise económica que assola o país. A falta de emprego no país e no nosso concelho tem provocado o êxodo da população, particularmente dos jovens que procuram soluções para a vida noutras paragens, sobretudo no estrangeiro.

Apesar das dificuldades neste domínio, não nos alharemos dos problemas da falta de emprego e do rendimento económico das famílias. Com o objetivo de atenuar as dificuldades económicas dos munícipes, sobretudo dos desempregados, concretizaremos as seguintes atividades e medidas:

- Contactos e incentivos aos empresários para investirem no nosso concelho em diversas áreas (turismo, agricultura, comércio, indústria, etc.);
- Apoio técnico e financeiro na elaboração de projetos para candidaturas a fundos comunitários no âmbito da agropecuária e do turismo rural;
- Incremento da atividade turística, alavanca da economia do concelho, através de várias iniciativas e atividades que apresentamos mais à frente, em capítulo próprio;
- Manutenção da eficácia do Gabinete de Apoio ao Agricultor. Através deste gabinete, entram no concelho muitas centenas de milhares de euros para apoiar os nossos agricultores e melhorar a qualidade de vida das suas famílias;
- Apoio e integração de alguns munícipes como trabalhadores da autarquia, ao abrigo do Regulamento de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas;
- Divulgação e concretização de medidas de apoio ao emprego e de qualificação profissional, através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP);
- Promoção de emprego e de ocupação de jovens através de Contratos Emprego-Inserção e Estágios Profissionais;
- Promoção e apoio a cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Apoio ao empreendedorismo de base local em Terras de Bouro.

## **AÇÃO SOCIAL**

Além do emprego e do rendimento económico das famílias, outra grande preocupação das nossas decisões políticas, ao longo de 2015, centrar-se-á na «Ação Social».

Tudo se exige à Câmara Municipal, muito mais em momentos de crise como aqueles que estamos a viver, pois é o órgão de poder mais próximo dos cidadãos.

Conhecemos as dificuldades e o sofrimento de muitas pessoas e famílias e não ficámos nem ficaremos indiferentes. Assim:

- Apoiaremos as famílias carenciadas na melhoria das condições de habitabilidade (elaboração de projetos, cedência de materiais, apoio financeiro para obras, etc.);

- Reabilitaremos edifícios públicos para habitação social, nomeadamente escolas primárias desativadas;

- Apoiaremos o pagamento de rendas da habitação a famílias socialmente desfavorecidas;

- Manteremos a dinâmica da loja social que tem dado importante apoio ao nível do vestuário, mobiliário, alimentos, brinquedos, etc.;

- Continuaremos a concretização do Plano Municipal para a Igualdade de Géneros;

- Continuaremos a parceria, através de protocolo, com o Instituto de Reinserção Social, acolhendo e acompanhando pessoas com condenações pelos Tribunais para executarem trabalhos a favor da comunidade;

- Manteremos o protocolo com o Instituto de Segurança Social, assumindo alguns serviços, nomeadamente na ação social, RSI e PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados);

- Continuaremos a organizar um conjunto de atividades lúdicas, culturais e de lazer com idosos, no âmbito do projeto municipal “Envelhecer a Sorrir”;

- Manteremos a parceria no projeto supramunicipal “Bem Envelhecer”, promovido pela EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza), organizando e participando num conjunto de atividades lúdicas, culturais e de lazer com os idosos;
- Promoveremos atividades recreativas e culturais com os idosos do concelho, destacando-se os encontros de convívio e confraternização, as colónias de férias e o Encontro Anual da Pessoa Idosa;
- Dinamizaremos atividades lúdicas, culturais e de lazer com os idosos através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade;
- Promoveremos a Colónia de Férias Sénior;
- Apoiaremos e integraremos como trabalhadores na autarquia, ao abrigo do Regulamento de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas, alguns munícipes;
- Manteremos a parceria com o Instituto Habitat;
- Prestaremos o apoio técnico e financeiro a todas as Instituições de Solidariedade Social do concelho;
- Continuaremos a prestar apoio na área de enfermagem às IPSS do concelho, através do centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade;
- Apoiaremos, através do Banco Local de Ajudas Técnicas, pessoas dependentes com equipamentos e produtos de apoio (cadeiras de rodas, camas articuladas, andarilhos, etc.).

#### **Ação Social Escolar – Apoio a crianças e jovens**

Continuaremos a oferecer a todos os alunos do 1.º ciclo do 1.º escalão de abono a totalidade dos manuais escolares (três manuais e respetivos cadernos de apoio). Aos alunos do 2.º escalão de abono serão atribuídos dois manuais escolares e respetivos cadernos de apoio.

Ofereceremos todo o material de papelaria e desgaste (papel, tintas, lápis, marcadores, tinteiros, etc.) para as atividades escolares, lúdicas e expressivas do 1.º ciclo.

Continuaremos a garantir os transportes escolares gratuitos a todos os alunos que frequentam o ensino pré-escolar e o ensino básico e aos alunos com necessidades educativas especiais. Devemos salientar que todas as crianças com NEE, sobretudo as de maior dependência, continuarão a ser transportadas nas viaturas do Município gratuitamente. Comparticiparemos o valor do passe escolar aos alunos que frequentam o ensino secundário ou profissional e asseguraremos regularmente o transporte gratuito a todos os alunos para a realização de visitas de estudo, atividades desportivas, culturais e lúdicas.

Continuaremos os apoios no âmbito das refeições escolares do 1.º ciclo. A todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo será garantida a Componente de Apoio à Família (refeições e prolongamento de horário), com especial apoio do Município no serviço de refeições a todas as crianças no próprio estabelecimento de ensino, nos transportes e em materiais.

Em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, o Município participará em vários eventos e atividades que serão abordados no capítulo Cultura e Educação.

O Município, com a colaboração de algumas Juntas de Freguesia e através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade, continuará a promover o “ATL de Verão” e atividades nas férias escolares para as crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, proporcionando-lhes gratuitamente inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturais (ex: idas à piscina, à praia, passeios de barco, visita a museus, convívios com idosos, etc.), bem como o transporte e a merenda da manhã e da tarde. Esta iniciativa do Município será um importante apoio para os pais que necessitam de trabalhar durante o verão e as férias escolares.

O Município promoverá também a Colónia de Férias “Júnior” na praia.

Os nossos jovens que frequentam o ensino superior continuarão a usufruir de vários apoios do Município, de acordo com o Regulamento Municipal para o efeito.

Através da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), continuaremos a acompanhar diversas situações de crianças e jovens em risco (v.g., abandono e negligência parental; violência doméstica; abandono ou absentismo escolar, etc.);

Disponibilizaremos ainda serviços municipais de apoio psicológico e psicopedagógico a todos os alunos que necessitarem destes serviços, através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade.

### **Programa de Apoio à Natalidade**

Como incentivo ou apoio à natalidade, o Município continuará a oferecer as vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação (PNV), nomeadamente a vacina pneumocócica e a vacina rotavírus. Estas vacinas podem ser substituídas na totalidade ou em parte por artigos de puericultura, bens alimentares e de higiene para bebés. Para operacionalizarmos este apoio, manteremos os protocolos com as farmácias do concelho, pois os artigos só poderão ser adquiridos nestas farmácias. Assim, além de ajudarmos os pais e os bebés, apoiamos a economia local. Está prevista uma alteração ao Regulamento de Apoio à Natalidade de modo a incluir novas vacinas.

## **JUVENTUDE**

Um dos graves problemas do nosso concelho é a falta de respostas aos anseios dos jovens. Por isso, os jovens fogem e a população diminui e envelhece. Procuraremos atenuar esta preocupante situação através das seguintes iniciativas:

- Dinamização do Conselho Municipal da Juventude;
- Dinamizar o Gabinete de Inserção Profissional como uma estrutura de apoio aos Jovens;
- Criação do Gabinete de Apoio à Juventude e ao Associativismo:
  - Orientar e apoiar os jovens na procura de emprego e na criação de empresas;
  - Desenvolver atividades de ocupação de tempos livres;
  - Divulgar e incentivar o uso do «Cartão Jovem Municipal» que possibilitará descontos na utilização das valências e das estruturas municipais.

- Dia Municipal da Juventude e do Associativismo (1.º sábado de junho): convívio formativo no âmbito do património cultural, histórico, ambiental, etc. do concelho;

- Lançamento do concurso concelhio de empreendedorismo e ideias de negócio.

O Município manterá os vários apoios para a fixação de jovens, como a elaboração gratuita de projetos para habitação e para estruturas que, no âmbito do empreendedorismo, possam criar emprego, reduzindo as taxas municipais.

## **TURISMO**

O turismo surge como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento económico e criação de emprego.

Terras de Bouro e o Gerês formam um território de turismo único, com uma mística ímpar, conjugando a diversidade paisagística, cultural e patrimonial e a capacidade de resposta em áreas fundamentais como o termalismo e o bem-estar, a hotelaria, a restauração e o lazer.

O Gerês é uma das maiores referências no turismo nacional, sobretudo no turismo de saúde e bem-estar e no turismo de natureza, pela história e projeção das Termas do Gerês e pelo valor natural e paisagístico do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Parte significativa da população do concelho vive direta ou indiretamente do turismo através do trabalho nas termas, nos hotéis, nas casas de turismo rural, nos restaurantes, nos parques de campismo, nas empresas de animação turística, no artesanato, etc.

A via romana – *Geira* – que atravessa o concelho, reconhecida pelo Governo como Monumento Nacional, deve assumir-se cada vez mais como património histórico e cultural e como recurso turístico. Nesse sentido, estaremos atentos ao Quadro Comunitário de Apoio para a apresentação de candidaturas no âmbito da preservação e divulgação deste recurso.

O turismo é, pois, um desafio presente e futuro!

Para favorecer a atividade turística e divulgar o nosso concelho, apostaremos na dinamização das estruturas municipais: os Postos de Turismo de Rio Caldo e do Gerês continuarão abertos todos os dias da semana e com prolongamento de horário ao fim de semana, durante o período de verão; o Núcleo Museológico e a “Porta do PNPG” no Campo do Gerês assumirão um papel ativo de atração de visitantes, através de diversas atividades culturais e recreativas, exposições e comemorações; o Centro Náutico de Rio Caldo, o Centro de Animação Termal do Gerês, a Casa dos Bernardos e o Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos, em Santa Isabel do Monte, continuarão a ser espaços municipais importantes para a dinamização do turismo.

A Galeria dos Miliários está concessionada a um particular que explora o bar da Fronteira da Portela do Homem. O Centro Interpretativo do Garrano, também concessionado a uma empresa concelhia de animação turística, está a necessitar de algumas intervenções de modo a promover a sua total utilização. É um desafio que queremos resolver ao longo de 2015.

Além da dinamização das estruturas municipais, apostaremos na divulgação do nosso concelho nos meios de comunicação social e nos postos de turismo das principais cidades do norte do país. Participaremos em feiras e eventos ligados ao turismo: Bolsa de Turismo de Lisboa e Feira de Produtos Regionais Portugueses, em Nanterre, França.

Promoveremos a divulgação da revista turística municipal «À Descoberta do Gerês/Terras de Bouro», agora em vários idiomas: português, francês, inglês, espanhol e alemão.

Apostaremos na animação turística através de parcerias e protocolos com instituições e associações do concelho, como a Associação Gerês Viver Turismo e a ATACE: trilhos pedestres, animação turística, atividades culturais, desportivas e recreativas, etc.

Outras iniciativas municipais de promoção do turismo:

- Organização de eventos: Gerês Romântico, Animação de Verão, Festas Concelhias, Abertura da Época Termal, Feira de S. Martinho e Encontro Nacional de Poetas;

- Promoção da gastronomia: Fim de Semana Gastronómico, Feira do Cabrito Biológico da Serra do Gerês, Feira da Chanfana de Cabra da Ermida;
- Preocupação com a higiene dos espaços públicos (limpeza e recolha do lixo);
- Incentivo e apoio à construção de estruturas turísticas por parte de entidades particulares (candidaturas através da ATAHCA);
- Apoio à organização de eventos: Subida da Vezeira; Provas desportivas (ciclismo, BTT, TT);
- **Valorização do Conselho Municipal de Turismo de Terras de Bouro:** um órgão com carácter eminentemente consultivo, que coopera na política municipal de turismo, apresentando propostas, e promove a criação de condições para estimular o desenvolvimento da atividade turística no nosso concelho.
- **Continuar a concretização do Plano de Valorização Turística de Terras de Bouro,** solicitado pelo Município a uma empresa creditada para o efeito (NML – Projetos e Desenvolvimento Turístico). Esse **Plano de Valorização Turística** aponta os produtos turísticos estratégicos, a oferta turística (alojamento, restaurantes, trilhos pedestres, animação turística, recursos turísticos), a procura turística, a gestão turística interna na Câmara Municipal e com as empresas e instituições, a comunicação e a aposta na marca GERÊS, os suportes de comunicação *online*. Apresenta várias propostas, como a melhoria da sinalização turística, a certificação do território, a mobilidade, a melhoria da animação turística, a alteração da gestão e da comunicação interna por parte da Câmara Municipal (criação do gabinete de Turismo), etc. É um documento fundamental para melhorarmos a dinâmica do Turismo no nosso concelho que estamos a concretizar.

## **AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA**

Assumimos o setor agrícola como um vetor fundamental de emprego e de economia familiar. Temos no nosso concelho muitas famílias que vivem dos rendimentos do trabalho na agricultura, pecuária e silvicultura.

Para podermos apoiar eficazmente o setor agrícola, manteremos a dinâmica do «Gabinete de Apoio ao Agricultor» que tem sido um êxito e que oferece os seguintes serviços de forma gratuita:

- Candidaturas a apoios financeiros, elaboração de candidaturas de projetos, programas de formação e informação, apoio jurídico, organização de eventos (concursos, exposições, visitas, ações de formação, etc.).

O GAA tem um protocolo com a Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) cujo principal objetivo é apoiar os agricultores. Com este protocolo, o GAA assume-se também como uma delegação da AJAP, apoiando todos os jovens que desejem desenvolver projetos agrícolas, de pecuária e de silvicultura.

Este Gabinete, através das candidaturas para ajudas ao rendimento, ajudas animais (bovinos, ovinos e caprinos), apoio ao pastoreio extensivo, medidas agro e silvo-ambientais e manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, tem contribuído para a entrada no concelho de muitas centenas de milhares de euros.

## **ACESSIBILIDADES**

Uma boa rede de vias municipais e nacionais é fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Propomo-nos executar as seguintes obras, estando muito dependentes dos fundos comunitários:

- Acessos aos lugares de Pergoim e Ermida;
- Pavimentação de diversos acessos e ruas em várias freguesias;
- Preservação de todas as vias no interior do concelho;

## **URBANISMO, PLANEAMENTO E HABITAÇÃO**

Vivemos no nosso concelho e no país uma crise de construção de habitação. As limitações impostas no acesso ao crédito bancário, provocadas pela crise financeira que o país atravessa, acrescidas pelos regulamentos de ordenamento do território do nosso

Município, têm contribuído significativamente para a crise de habitação que atravessamos.

No domínio do urbanismo e planeamento, empenhar-nos-emos na revisão do atual Plano Diretor Municipal (PDM) e tudo faremos para concretizar essa revisão. Da parte do Município o trabalho está concluído, faltando a validação da nossa proposta por entidades externas para que o documento seja colocado em discussão pública.

Disponibilizaremos lotes de terreno do Município para a construção de habitação para jovens.

Apoiaremos as famílias com dificuldades económicas e todos os jovens e casais jovens do concelho, através da oferta de projetos de arquitetura elaborados pelo Gabinete de Apoio ao Município (GAM) e da redução do valor das taxas e licenças de construção.

O Gabinete de Apoio ao Município continuará a elaborar projetos para obras particulares, para as Juntas de Freguesia e outras Instituições do concelho.

## **REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS**

Procederemos à requalificação de vários espaços públicos, o que evidencia a nossa preocupação no adorno do concelho e em contribuir para o bem-estar das pessoas residentes e das que nos visitam. Destacamos o arranjo urbanístico da rua da Geira (continuação da pavimentação em paralelo), no Campo do Gerês; o arranjo urbanístico do largo da Igreja Paroquial, em Chorense; a requalificação do lugar de Cortinhas, em Brufe (2.ª fase); a requalificação do largo do Calvário, em Covide; a requalificação do espaço envolvente à capela de Santa Eufémia, em Covide; o arranjo urbanístico do espaço exterior da capela de S. Miguel, o Anjo, em Guardenha; a construção de um parque de lazer junto ao rio Homem, em Moimenta; a requalificação urbanística do lugar da Seara de Baixo e do largo junto à EN, em Parada, em Rio Caldo; a construção de um parque infantil e de manutenção física na Vila do Gerês; e a construção de um passeio ao longo da estrada municipal entre a Ponte de Rio Caldo e a Vila do Gerês (1.ª fase).

## **ÁGUA E SANEAMENTO**

O abastecimento domiciliário de água é um direito básico das populações. Temos resolvido vários problemas neste âmbito, sobretudo problemas que surgem durante o verão, em várias freguesias, o que acarretava e ainda acarreta situações intoleráveis para os munícipes. Para resolver de vez as situações preocupantes que ainda subsistem, continuaremos a reformulação ou ampliação da rede de abastecimento de água e o reforço das captações de água em diversas freguesias, substituindo os reservatórios.

Quanto ao saneamento básico, a nossa preocupação irá para as freguesias e lugares onde os sistemas já não se mostram eficazes, como são os casos do Campo do Gerês, de Admeus, em Vilar da Veiga, e da sede do concelho. Temos apelado à resolução destes problemas ambientais por parte dos organismos públicos e proposto a abertura de candidaturas ao QEC/Portugal 2020, uma vez que só com fundos comunitários teremos condições financeiras de executar obras de melhoria e alargamento da rede de saneamento básico.

## **AMBIENTE E PATRIMÓNIO NATURAL**

A preservação do ambiente tem sido uma preocupação constante do Executivo Municipal. Neste sentido, continuaremos a apoiar todas as iniciativas e atividades no âmbito da educação ambiental promovidas na Porta do PNPG do Campo do Gerês, pelas escolas do concelho ou de outros concelhos. Com o objetivo de educarmos as nossas crianças e jovens para os valores da cidadania, celebraremos o Dia Mundial do Ambiente e o Dia Mundial da Floresta, contando sempre com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro.

Promoveremos parcerias com outras entidades (EDP, AMO, etc.) para as atividades de reflorestação das áreas ardidas e limpeza de plantas invasoras no nosso concelho e participaremos em projetos como «Limpar Portugal».

Apostaremos na limpeza e higiene de espaços públicos, como parques de merendas e de lazer.

Continuaremos disponíveis para colaborar, como até aqui, com recursos financeiros, técnicos e humanos, nas tarefas de preservação do nosso património ambiental.

Procuraremos resolver graves problemas ambientais provocados pelo mau funcionamento das ETAR em alguns locais do concelho, sobretudo no Campo do Gerês, no lugar de Admeus, em Vilar da Veiga, e na sede do concelho. Como foi referido atrás, esperamos a abertura de candidaturas ao QEC/Portugal 2020, uma vez que só com fundos comunitários teremos condições financeiras de executar obras de melhoria e alargamento da rede de saneamento básico.

### **PATRIMÓNIO EDIFICADO E IMATERIAL**

Todos temos a obrigação de respeitar e preservar o património público edificado e imaterial do nosso concelho. A Câmara Municipal tem de ser o garante dessa preservação e, por isso, prestará o apoio técnico e financeiro na:

- Conservação do património edificado concelhio, constituído pelas igrejas, capelas, espigueiros, cruzeiros, eiras, pontes, moinhos, lagares, etc.;

- Recuperação das escolas primárias para sedes de Associações ou Instituições, para atividades das Juntas de Freguesia, para museus locais, para salas de atividades educativas, sociais e culturais, etc.;

- Preservação e divulgação do património cultural imaterial de Terras de Bouro. As nossas tradições, o folclore, os saberes populares, as línguas e dialetos, as lendas, os contos e as histórias, a religião e diversas manifestações culturais, transmitidas oralmente de geração em geração, devem ser preservadas e divulgadas em documentos (livros) que recolham esse património. É nosso propósito continuar a publicação de obras sobre o nosso concelho. Nos últimos quatro anos, publicámos várias obras sobre pessoas, histórias, poesias, lendas e contos, costumes, geografia, etc. de Terras de Bouro. Queremos continuar a enriquecer o nosso espólio cultural.

## **CULTURA, EDUCAÇÃO E RECREIO**

No domínio da cultura, dinamizaremos atividades nos Museus de Vilarinho da Furna e da Geira, apoiaremos os grupos de teatro do concelho, publicaremos obras literárias e de preservação da história e da cultura do nosso concelho.

No domínio da educação, colaboraremos nas atividades educativas das nossas escolas e Agrupamento de Escolas; melhoraremos as condições físicas de ensino e de aprendizagem nas escolas através da execução de obras e de fornecimento de materiais; organizaremos os transportes escolares e apoiaremos os alunos como já foi referenciado no capítulo “Ação Social Escolar”.

Através do Centro Municipal de Valências de Apoio á Comunidade, a funcionar nas duas vilas do concelho, continuaremos a proporcionar atividades de apoio ao estudo a todos os alunos dos três ciclos do ensino básico. Continuaremos a dinamizar atividades no âmbito do ensino da música, nomeadamente o curso livre de guitarra e de concertina.

As inúmeras festas religiosas nas freguesias e as Festas Concelhias assumem um carácter iminentemente recreativo, embora sejam marcadas pela nossa cultura popular de minhotos: o folclore, o arraial profano e a religião sempre andaram de mãos dadas. No sentido de contribuirmos para a preservação das tradições culturais e religiosas, apoiaremos as comissões de festas de cada freguesia do concelho (uma festa por freguesia) que contratem grupos musicais ou ranchos folclóricos concelhios, através da atribuição de um apoio financeiro de 400,00 €.

As festas populares são também um excelente cartaz turístico, que trazem ao concelho milhares de visitantes, contribuindo para a dinamização da economia local. Podemos afirmar que as Festas Concelhias em honra de S. Brás são o maior acontecimento popular e recreativo do nosso concelho. Por isso, a Câmara Municipal assume a organização destas Festas e empenha-se no seu êxito. O orçamento municipal obriga a contenção na despesa, mas as Festas Concelhias continuarão a manter um nível elevado no seu programa de animação.

Realizaremos o Encontro Concelhio de Cantares de Natal e Reis, o Dia Internacional dos Museus, o Encontro de Tocadores de Concertina e Cantares ao Desafio, o Encontro Nacional de Poetas no Gerês, as Comemorações do Dia do Município e a Feira de S. Martinho, eventos que marcam e divulgam as nossas tradições culturais.

## **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

No sentido de fomentar a prática desportiva e a formação humana que essa prática encerra e transmite, concretizaremos as seguintes iniciativas e atividades:

- Apoio financeiro aos clubes do concelho que fomentam a prática desportiva regular e federada (G. D. Gerês, A. D. Terras de Bouro, G. D. Rio Caldo e Associação Lírio do Gerês);
- Colaboraremos na organização ou apoiaremos vários eventos desportivos no concelho: Torneio Concelhio de Futsal, *Ultra Trail* Geira – Via Romana, Provas de BTT, Prova de TT “À Descoberta do Gerês por maus caminhos”, provas de ciclismo (Gerês Granfondo Cycling Road), provas de atletismo (Gerês Trail Adventure), etc.
- Requalificação de espaços desportivos e estruturas de apoio;
- Continuação do programa infanto-juvenil durante as férias escolares (ATL).

## **PROTEÇÃO CIVIL, SEGURANÇA E TRÂNSITO**

A extensa e valiosa mancha florestal do nosso concelho exige de todos os cidadãos um comportamento ativo e uma atenção especial aos incêndios florestais. Ao longo dos últimos anos e no futuro, a autarquia manteve e manterá uma atitude de apoio e de colaboração com todas as entidades que operam no nosso território no domínio da preservação e do combate aos incêndios. É sempre com grande apreensão e angústia que vivemos cada época de verão!

Através do Gabinete de Proteção Civil do Município, continuaremos o acompanhamento de simulacros realizados por diversas entidades, o tratamento de dados relativos a incêndios e acidentes rodoviários ocorridos no Município de Terras de

Bouro e a participação nas reuniões distritais da Proteção Civil e da Segurança Rodoviária.

Através dos dois placards eletrónicos colocados um na sede do concelho e outro em Rio Caldo, divulgaremos situações de risco e apelaremos ao comportamento cívico das pessoas, tendo em vista a proteção do nosso património natural e florestal.

O Município continuará a apoiar, através de um protocolo com a Associação Florestal do Cávado, o funcionamento de uma brigada de sapadores florestais que trabalha na prevenção de riscos de incêndio e na preservação da natureza.

Relacionado com a segurança e os direitos das pessoas, sobretudo no domínio da justiça, o Município possui um Julgado de Paz que tem resolvido inúmeras situações de conflito entre munícipes.

Relativamente ao ordenamento do trânsito, sobretudo do estacionamento, as medidas já tomadas nos anos anteriores, como a colocação de parcometros na sede do concelho e a criação de locais de estacionamento, têm dado bons resultados. São, pois, medidas que devem continuar ao longo de 2015.

## **SAÚDE E BEM-ESTAR**

Neste domínio concretizaremos as seguintes medidas:

- Colaboração, através de meios humanos e viaturas, com o Centro de Saúde na prestação de cuidados médicos e de enfermagem ao domicílio, mantendo um ótimo espírito de cooperação com o Centro de Saúde do concelho;
- Asseguraremos o transporte gratuito às crianças acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para consultas médicas em clínicas e hospitais;
- Asseguraremos o transporte gratuito a todas as pessoas para a realização de rastreios de saúde desenvolvidos no concelho;
- Colaboraremos nos projetos direcionados para as crianças e jovens, nomeadamente projetos de saúde e de educação;

- Prestaremos apoio psicossocial e de terapia da fala nas escolas, no Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade Local e nos Centros Sociais e de Solidariedade Social;

- Apoiaremos, através do Banco Local de Ajudas Técnicas, pessoas dependentes com equipamentos e produtos de apoio (cadeiras de rodas, camas articuladas, andarilhos, etc.).

Lamentamos que, devido à falta de médicos, os serviços de saúde no concelho não possam atingir a qualidade e as respostas que as pessoas merecem. Reconhecemos, contudo, o excelente trabalho realizado pelos profissionais de saúde existentes no Centro de Saúde.

Congratulamo-nos com a conclusão das obras no Centro de Saúde de Terras de Bouro e com a entrada em funcionamento desse Centro, agora com mais e melhores condições para os utentes e para os profissionais de saúde, e continuaremos empenhados na melhoria das condições do Centro de Saúde de Rio Caldo.

## **SERVIÇOS MUNICIPAIS**

Para melhorar a eficácia dos serviços municipais, continuaremos o processo de modernização da gestão e administração municipal, através da simplificação dos procedimentos e do maior aproveitamento das novas tecnologias.

Procurando servir cada vez melhor os munícipes, reforçaremos a dinâmica do balcão único de atendimento e disponibilizaremos os seguintes serviços:

- Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade Local, a funcionar na antiga escola primária da sede do concelho e no Centro de Animação Turística do Gerês, que presta apoio aos munícipes no âmbito da enfermagem, terapia da fala, psicologia, nutrição, apoio ao estudo e desenvolve atividades educativas (aprendizagem da língua inglesa, ensino da música) culturais, lúdicas e desportivas para todas as idades, prestando um apoio essencial aos alunos e às famílias durante os períodos das férias escolares (ATL);

- Gabinete de Gestão da Qualidade e Auditoria Interna dos Serviços Municipais, com Certificação de Qualidade concedida pela APCER;

- Gabinete de Apoio ao Agricultor (GAA): elaboração de candidaturas e prestação de outros serviços no âmbito da agricultura, pecuária e florestas;

- Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia;

- Gabinete de Apoio à Juventude e ao Associativismo;

- Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico: apoio a candidaturas a fundos comunitários, ao empreendedorismo, à fixação de empresas, ao desenvolvimento económico, etc.

- Gabinete Veterinário Municipal;

- Gabinete Técnico Florestal e Proteção Civil;

- Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários: elaboração e acompanhamento do financiamento de candidaturas municipais no âmbito do QEC (“Portugal 2020” e “Norte 2020”) e apoio na elaboração de candidaturas de particulares aos fundos comunitários no âmbito do PRODER, através da ATAHCA;

- Gabinete de Inserção Profissional e Apoio à Juventude: apoio no emprego e empregabilidade e na ação social; promoção de iniciativas que visem a integração de cidadãos na vida ativa, informação e formação profissional para desempregados; etc.

- Gabinete de Apoio ao Munícipe (GAM): elaboração de projetos para munícipes carenciados e para Instituições (Juntas de Freguesia, Associações, Centros Sociais ou de Solidariedade Social, etc.); projetos das casas mortuárias; projetos de casas particulares para pessoas carenciadas e jovens, etc.;

- Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE): presta apoio aos munícipes emigrados ou em vias de regressarem ao seu país, em áreas como a segurança social, a equivalência e/ou reconhecimento de habilitações académicas, assuntos de natureza jurídica, formação profissional e legalização de veículos, entre outros;

- Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ): presta informações e apoio aos munícipes em situações de interpretação das leis e situações administrativas, na apresentação de exposições, nos diferendos e conflitos provocados por obras particulares, etc.

- Gabinete de Serviços Municipais de Apoio ao Consumidor: disponibiliza apoio na mediação de conflitos de consumo através da conciliação e arbitragem, apoio ao sobre-endividamento, e informa os consumidores e agentes económicos dos seus direitos e deveres sobre o mercado de produtos e serviços (protocolo com o CIAB: Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo de Braga – Tribunal Arbitral de Consumo).

Manteremos a descentralização dos serviços municipais através das delegações da Câmara Municipal em Rio Caldo e no Gerês.

### 3. OBRAS E PROJETOS MUNICIPAIS

Destacamos os projetos municipais que terão ou poderão ter uma influência direta no Orçamento do Município no ano de 2015.

#### Candidaturas ao Programa Operacional Regional ON.2 – O Novo Norte

##### QREN 2007/2013

##### OBRAS APROVADAS

Obra ou Projeto	Valor elegível	Encargos para a CMTB	Taxa de execução	Observações
Valor Gerês-Xurés (projeto transfronteiriço)	56.115,00 €	15%	91%	Em execução
Mais eficiência na iluminação pública do Cávado	257.075,55 €	15%	0%	Projeto da CIM Cávado. Aprovado no ON2.
Cávado Digital – SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa)	302.231,50 €	15%	30%	Em execução

### Obras previstas para 2015 sem fundos comunitários

Obra ou projeto	Investimento previsto	Localidade	Ponto de situação
Casas mortuárias	170.000,00 €	Ribeira, Pereiró, Gerês, Campo do Gerês	Em execução ou em fase de preparação do projeto
Requalificação de vias municipais	300.000,00 €	Várias freguesias	Projetos elaborados
<b>TOTAL</b>	<b>470.000,00 €</b>	-----	

### Projetos a aguardar abertura de candidaturas aos Fundos Comunitários:

#### “Norte 2020” - QEC 2014/2020

Obra ou Projeto	Investimento previsto	Encargos para a CMTB	Observações
Parque da Vila de Terras de Bouro	1.271.881,94 €	15% €	Aguarda revalidação. Projeto aprovado há mais de seis meses e com execução financeira inferior a 10%; cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012, de 15 de março.
Ecovia Rio Caldo – Gerês: margens da albufeira da Caniçada	1.690.000,00 €	15%	Projeto elaborado
Açude no Rio Homem	350.000,00 €	15%	Projeto elaborado
Praia Fluvial do Alqueirão	350.000,00 €	15%	Projeto elaborado
Rede de Trilhos Pedestres	200.000,00 €	15%	Projeto elaborado
Requalificação da <i>Geira</i> – Via Romana	90.100,00 €	15%	Projeto elaborado
Variante de Covide (Eliminação de pontos negros no trânsito)	300.000,00 €	15%	Projeto elaborado

### Outras Obras/Projetos

Importa referir que os cinco Municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês e o ICNF elaboraram um “Plano de Ação” para o território do Parque Nacional, que prevê um investimento total de nove milhões de euros. Para o território do Município de Terras de Bouro está previsto um investimento de 1,5 milhões de euros nas áreas de acessibilidades, preservação do ambiente, eficiência energética, mobilidade, recuperação do património edificado e turismo. Este “Plano de Ação” ainda não tem verbas disponíveis no novo Quadro Comunitário, mas, após as reuniões com o Sr.

Presidente da CCDR-N e com o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, é previsível a sua concretização.

#### **4. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA**

Continuaremos a celebrar contratos com as Juntas de Freguesia para a execução de obras por administração direta ou por transferência para a respetiva Junta. A resolução dos problemas de abastecimento de água, a pavimentação de diversas ruas e vias de acesso, a segurança rodoviária, a requalificação de espaços públicos, a construção de estruturas como casas mortuárias, sedes de Juntas e sanitários públicos, são as obras que merecerão o apoio da Câmara Municipal. Tendo em conta as obras prioritárias destacadas nos Planos de Atividades das Juntas de Freguesia e reforçadas nos contactos e nas reuniões para a elaboração deste Plano Anual de Atividades, apoiaremos técnica e financeiramente as Juntas de Freguesia na realização de diversas obras.

#### **5. POLÍTICA ORÇAMENTAL**

A situação financeira do Município, pelas razões já apontadas, obriga-nos a uma política rigorosa na execução orçamental. Se o montante da receita diminuir significativamente, somos obrigados a reduzir a despesa. Assim, propomo-nos:

- a) Executar as obras consideradas prioritárias;
- b) Iniciar os projetos considerados prioritários tendo em conta os objetivos estratégicos para o nosso concelho;
- c) Executar uma política rigorosa de apoios económicos (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- d) Executar uma política rigorosa de atribuição de subsídios (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- e) Não aumentar as despesas com o pessoal;
- f) Reduzir em cerca de 5% as despesas com o parque automóvel;

- g) Reduzir em cerca de 5% as despesas com todos os eventos organizados pelo Município.

### **Princípios orientadores dos apoios económicos para o ano de 2015**

Tendo em vista uma redução da despesa e uma política rigorosa e transparente na atribuição dos apoios económicos para o ano de 2015, traçamos os seguintes princípios:

a) A Câmara Municipal apoiará financeiramente:

- As pessoas e entidades abrangidas pelos regulamentos municipais ou normativos em vigor (ação social escolar; atividades de enriquecimento curricular; atividades de tempos livres; ensino especial; alunos carenciados do ensino superior; incentivo à natalidade; etc.)

- As pessoas e entidades que apresentem obras literárias ou de investigação de valor significativo para o concelho (por exemplo, a CM poderá apoiar a publicação de obras de investigação e de estudo que contribuam para o enriquecimento do espólio cultural, etnográfico, toponímico, autárquico, etc., do concelho).

### **Princípios orientadores da atribuição de subsídios no ano de 2015**

Tendo em vista uma diminuição da despesa e uma política rigorosa na atribuição de subsídios para o ano de 2015, traçamos os seguintes princípios:

a) A Câmara Municipal subsidiará:

- Os Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro;
- As três delegações da Cruz Vermelha Portuguesa do concelho;
- As Instituições de Solidariedade Social do concelho;
- A Banda Musical de Carvalheira;
- Os Grupos, Clubes e Associações com modalidades desportivas federadas e que participem em campeonatos nacionais, regionais ou distritais;
- Todas as Associações, Grupos e Clubes do concelho, com objetivos culturais e desportivos, sem fins lucrativos (exceto as atividades recreativas);

- As comissões de festas de cada freguesia: uma festa por freguesia. A Câmara Municipal apoiará, com um subsídio de 400,00 €, as comissões de festas que contratem grupos do concelho: banda musical de Carvalheira, ranchos folclóricos, grupos musicais e corais, etc.;

- As instituições não sedeadas no concelho, mas que promovam atividades ou iniciativas que o divulguem;

- Instituições de carácter humanitário não sedeadas no concelho.

b) A Câmara Municipal não subsidiará:

- Qualquer atividade ou iniciativa de pessoas a título individual;

- As atividades recreativas de qualquer instituição ou associação (festas, convívios, prendas, passeios, almoços e jantares, etc.);

- Qualquer atividade ou iniciativa das instituições e associações com fins lucrativos.

c) As situações omissas serão analisadas e avaliadas pelo Executivo e pela Assembleia Municipal.

## **6. EXECUÇÃO DOS PROJETOS**

A Câmara Municipal seguirá, para execução dos projetos constantes do presente plano, as normas legais vigentes, valendo-se da Administração Direta, Ajuste Direto ou Concurso Público, previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as posteriores alterações e legislação complementar.

A Câmara Municipal poderá delegar nas Juntas de Freguesia a execução de alguns projetos ou trabalhos de menor dimensão, assegurando-lhes, nos termos do artigo 122.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o respetivo financiamento, **para o que se solicita a autorização da Assembleia Municipal**, nos termos da alínea k) do n.º 1, do mesmo artigo e diploma legal.

Estes projetos referir-se-ão a obras/intervenções de carácter urgente e/ou de menor dimensão, a estabelecer-se por contrato interadministrativo, nos termos do artigo 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para o que se propõe, como referência, **um limite de 50.000,00 Euros**, em termos de estimativa orçamental.

## 7. FINANCIAMENTOS

Tendo em consideração o Regime Financeiro das Autarquias Locais, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e a distribuição no financiamento assegurado ao Plano e despesas de funcionamento, foram tomadas como contrapartidas as seguintes receitas:

1. Receita própria do Município	1.643.950,00 €	19,55%
2. FEF (corrente e de capital), FSM e IRS	5.228.307,00 €	62,18%
3. Outras Transferências	1.083.030,00 €	12,88%
4. FEDER; PO-NORTE; FSE	452.410,00 €	5,38%
5. Empréstimos	10,00 €	0,00%
6. Reposições	5,00 €	0,00%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>8.407.712,00 €</b>	<b>100,00%</b>

As despesas com financiamento assegurado distribuem-se da seguinte forma:

1. Pessoal	4.496.612,00 €	53,48%
2. Encargos com Empréstimos	383.000,00 €	4,22%
3. Outras despesas de funcionamento	2.319.000,00 €	27,91%
4. Ativos Financeiros (FAM)	63.100,00 €	0,75%
4. Despesas de Plano	1.146.000,00 €	13,63%
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>8.407.712,00 €</b>	<b>100,00%</b>

### Receitas Próprias do Município

No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e preços, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme previsto, na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações dadas pelos Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

As receitas relativas a Vendas de bens de investimento foram calculadas em respeito pelo disposto no artigo 253.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014, ou seja, segundo a média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses.

As restantes receitas correntes foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efetivamente arrecadadas, tendo por certo que não se verificarão alterações significativas no seu comportamento.

#### **Transferências do OGE (FEF/FSM/IRS):**

As importâncias relativas a transferências do Orçamento Geral do Estado estão inscritas com valor aprovado para o ano de 2014, por não se encontrar publicado o Orçamento Geral do Estado para 2015, conforme estipulado na alínea c) do ponto 3.3. – Regras previsionais, do POICAL.

De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a DGAL, deveria indicar, até 31 de agosto de cada ano, os valores a transferir para cada município no ano seguinte, situação que não se verificou no presente ano.

#### Reposições não abatidas nos pagamentos:

Para fazer face às reposições provenientes da EDP – 5,00 €.

#### Empréstimos

A verba mencionada nesta rubrica – **€ 10,00** – destina-se unicamente à abertura das rubricas em sede de Orçamento, daí o seu valor residual.

A previsão de encargos a satisfazer com os mesmos consta de anexo ao presente documento.

### **8. GESTÃO DE PESSOAL**

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dispõe, no seu artigo 28.º, que o *empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou*

temporária, tendo em consideração a missão, as atividades, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis (n.º1). Este planeamento deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo **mapa de pessoal** (n.º 2).

O n.º 4 do artigo 29.º refere que o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

Face às disposições legais referidas, propõe-se que **a Assembleia Municipal aprove o seguinte mapa de pessoal**, para o ano de 2015.

### MAPA DE PESSOAL - 2015

#### Câmara Municipal

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira	Categoria	Postos de trabalho		Áreas de formação	Obs.
			Tempo Indeterminado			
			Ocupados	Não ocupados		
(1)	Dirigente Intermédio de 2.º Grau		3			
	Dirigente Intermédio de 3.º Grau		1			
(2)	Técnico Superior	Técnico Superior	32	9	(a)	
(3)	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	14			
(4)	Assistente Técnico	Assistente Técnico	21	6		
(5)	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	5			
(6)	Assistente Operacional	Assistente Operacional	58			
(7)	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	3			
(8)	Informática	Especialista de informática	1			
(9)	Informática	Técnico de Informática	6			
Total Câmara Municipal			144	15		

#### Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira	Categoria	Postos de trabalho		Áreas de formação	Obs.
			Tempo Indeterminado			
			Ocupados	Não ocupados		
(2)	Técnico Superior	Técnico Superior	3			
(3)	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	1			
(4)	Assistente Técnico	Assistente Técnico	8	1		
(5)	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	2			
(6)	Assistente Operacional	Assistente Operacional	44	1		
Total Agrupamento de Escolas			58	2		

**Notas:**

(a) Curso de nível superior nas seguintes áreas: Filosofia; Medicina Veterinária; Biologia e Geologia; Biologia Aplicada; Administração Pública; Gestão e Informática; Filosofia e Desenvolvimento da Empresa; Engenharia Ambiental; Engenharia Agronómica; Direito; Turismo; Relações Públicas; Higiene e Segurança no Trabalho; Serviço Social; Sociologia; Informática de Gestão; Contabilidade; Administração e Finanças; Engenharia Civil; Arquitetura; Topografia; Engenharia do Ambiente; Saúde Ambiental; Engenharia Agropecuária; Relações Internacionais; Educação; Arqueologia; Engenharia Florestal; Ciências de Informação e Documentação; Desporto; Solicitadoria; Design Gráfico; Estudos Portugueses e Espanhóis; Psicologia; Informática; Inglês; Música; Atividade Física e Desportiva; Atividades Lúdico Expressivas.

**Atribuições/Competências/Atividades:**

(1) – Submeter a despacho do presidente da câmara, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução; Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente; Propor ao presidente da câmara municipal tudo o que seja do interesse daquele; Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas; Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente dos órgãos executivos e propor as soluções adequadas; Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações dos órgãos executivos nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige; Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos; Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários; Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os funcionários e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; Divulgar junto dos funcionários os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários; Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos funcionários, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa; Identificar as necessidades de formação específica dos funcionários da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação; Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos funcionários da sua unidade orgânica; Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

(2) – Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

- (3) – Funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.
- (4) – Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.
- (5) – Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação.
- (6) – Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.
- (7) – Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.
- (8) – Assegurar a gestão e manutenção do parque informático do Município; a gestão de atualizações de hardware e software; a gestão de projetos de TI; a administração de Sistemas do Município, englobando tarefas de análise, estudo, definição de políticas, planeamento, aquisições, implementação, configuração, manutenção e gestão; a administração de infraestruturas de telecomunicações (central telefónica, terminais e infraestrutura); a administração do sistema de Storage Area Network; a administração da plataforma de virtualização VMWARE (gestão e monitorização de máquinas virtuais, e recursos físicos dos nós de virtualização); a gestão dos sistemas de luta contra incêndios, alimentação elétrica socorrida, monitorização ambiental, ar-condicionado e controlo de acessos do datacenter interno; a gestão do sistema de backups de suporte aos sistemas e dados alojados no datacenter interno (backup para tape e para sistema de discos D2D); a coordenação, administração e gestão do sistema de correio eletrónico; a definição e implementação de mecanismos de monitorização, segurança e alarmística do sistema informático; a administração e gestão do sistema de diretório e autenticação de utilizadores do Município; no suporte à gestão do sistema de ERP (APTRA), do sistema de gestão documental (ANO), e da gestão do sistema de informação geográfica utilizado no Município; a administração e gestão da plataforma de alojamento do Web site institucional do Município; administração dos sistemas de auditoria e segurança Informática; administração e gestão de sistemas de segurança informática (antivírus, atualizações de segurança das APP e máquinas - vulnerabilidades, políticas de passwords, acessos à Internet, ligações, autenticações, integridade física e lógica dos equipamentos e sistemas, definição de metodologias pró-ativas, firewalls, IPS (sistema de prevenção de intrusões), etc.); aconselhamento, apoio e suporte técnico ao responsável pelos serviços de TI; planeamento de necessidades e aquisição de hardware, software e equipamento de rede, serviços e contratos (garantia e manutenção/ suporte); administração e gestão de redes (gestão de IP's e ativos de rede: routers, switches, concentrador de VPN, concentrador wireless, etc.); administração e gestão de sistemas de gestão de conteúdos e filtros; administração e gestão de políticas e sistemas de largura de banda (acesso à Internet); apoio na identificação de requisitos técnicos e funcionais de sistemas de informação.

(9) – Instalar componentes de hardware e software, designadamente, de sistemas servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, periféricos e suporte lógico utilitário, assegurando a respetiva manutenção e atualização; Gerar e documentar as configurações e organizar e manter atualizado o arquivo dos manuais de instalação, operação e utilização dos sistemas e suportes lógicos de base; Planificar a exploração, parametrizar e acionar o funcionamento, controlo e operação dos sistemas, computadores, periféricos e dispositivos de comunicações instalados, atribuir, otimizar e desafetar os recursos, identificar as anomalias e desencadear as ações de regularização requeridas; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento e dos suportes de informação e desencadear e controlar os procedimentos regulares de salvaguarda da informação, nomeadamente cópias de segurança, de proteção da integridade e de recuperação da informação; Apoiar os utilizadores finais na operação dos equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas. Projetar, desenvolver, instalar e modificar programas e aplicações informáticas, em conformidade com as exigências dos sistemas de informação definidos, com recurso aos suportes lógicos, ferramentas e linguagens apropriadas; Instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos disponíveis no mercado; Elaborar procedimentos e programas específicos para a correta utilização dos sistemas operativos e adaptação de suportes lógicos de base, por forma a otimizar o desempenho e facilitar a operação dos equipamentos e das aplicações; Desenvolver e efetuar testes unitários e de integração dos programas e das aplicações, de forma a garantir o seu correto funcionamento e realizar a respetiva documentação e manutenção; Colaborar na formação e prestar apoio aos utilizadores na programação e execução de procedimentos pontuais de interrogação de ficheiros e bases de dados, na organização e manutenção de pastas de arquivo e na operação dos produtos e aplicações de microinformática disponíveis.

**Órgão Executivo**

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2014

**Órgão Deliberativo**

Terras de Bouro, 28 de novembro de 2014

## **9. NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2015**

### **Capítulo I**

#### **Âmbito e princípios genéricos**

##### **Artigo 1.º**

##### **Definição e objeto**

O presente regulamento estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2015, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

##### **Artigo 2.º**

##### **Utilização das dotações orçamentais**

Durante o ano de 2015, a utilização das dotações orçamentais deverá observar critérios de rigorosa contenção.

##### **Artigo 3.º**

##### **Execução orçamental**

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
2. Os serviços municipais tomarão as medidas necessárias à otimização e rigorosa utilização dos recursos afetos às respetivas áreas de atividade face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).
3. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
  - a) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2014 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
  - b) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em 2014 sem fatura associada;

- c) registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2015.

#### **Artigo 4.º**

##### **Modificações ao Orçamento e às GOPs**

A Câmara Municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 do POCAL.

#### **Artigo 5.º**

##### **Registo contabilístico**

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita. São ainda responsáveis pela entrega atempada, junto da Unidade Orgânica de Administração Geral e Finanças, dos documentos justificativos da realização da despesa.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a UAGF. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a UAGF, no prazo máximo de 2 dias úteis.
3. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de € 5.000 por mês, devem ser enviados à UAGF em 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
4. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à UAGF em 5 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
5. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

#### **Artigo 6.º**

##### **Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia**

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Autarquia.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com

competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

**Artigo 7.º**  
**Gestão de stocks**

1. Cada serviço responsável pelo armazenamento de bens, deve acautelar as quantidades mínimas necessárias.
2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
3. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
4. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo no módulo de Aprovisionamento do “Cidadela”, associados aos respetivos centros de custo.
5. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da Gestão de Stocks, constam do Regulamento de Controlo Interno.

**Artigo 8.º**  
**Contabilidade analítica**

A execução orçamental do ano de 2015 deverá estar refletida por centros de responsabilidade de forma a:

- a) permitir o apuramento de custos diretos e indiretos da mesma;
- b) analisar a execução orçamental na ótica económica e com isso determinar o custos subjacentes à fixação de taxas, tarifas e preços de bens e serviços.

**Artigo 9.º**  
**Candidaturas a fundos comunitários e outras participações**

O Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários é o serviço municipal responsável pela apresentação atempada de todas as candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários.

**Capítulo II**  
**Receita orçamental**  
**Secção I**  
**Princípios**

## **Artigo 10.º**

### **Princípios gerais para a arrecadação de receitas**

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
4. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica ao Executivo Municipal.

## **Secção II**

### **Entrega das receitas cobradas**

## **Artigo 11.º**

### **Cobranças pelos serviços municipais**

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.
2. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança externo), a receita deverá ainda ser depositada diariamente pelos serviços na agência bancária mais próxima do local de cobrança, sendo o número de conta indicado pela Tesouraria.
3. A entrega de receita na Tesouraria deverá ser acompanhada da fatura resumo à qual terão de ser anexados, para conferência, os talões ou recibos que lhe deram origem bem como os comprovativos do depósito.

## **Artigo 12.º**

### **Valores recebidos pelo correio**

O serviço que rececione um valor por correio, cheque ou vale postal, deve à sua entrega, no próprio dia, na Tesouraria.

### **Artigo 13.º**

#### **Valores recebidos através dos terminais de pagamento automático**

1. Os terminais de pagamento automático existentes nos serviços municipais são encerrados diariamente, permitindo a transmissão da informação e crédito na conta da autarquia.
2. A Tesouraria relaciona as faturas-recibo com os fechos diários dos respetivos TPAs, validando a entrada de valores nas instituições de crédito respetivas.

### **Artigo 14.º**

#### **Valores creditados em conta bancária**

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município de Terras de Bouro, com a exceção das contas próprias de cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico, é liquidado e cobrado como receita municipal, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem os respetivos comprovativos de depósito bancário.

### **Artigo 15.º**

#### **Restituição de importâncias recebidas**

A restituição de importâncias recebidas compete ao Presidente da Câmara Municipal, mediante proposta prévia dos Serviços Municipais, que deverão obrigatoriamente fundamentar as razões que a justificam.

### **Artigo 16.º**

#### **Cauções**

1. As importâncias a depositar no cofre municipal, a título de caução ou garantia de qualquer responsabilidade ou obrigações, dão entrada diariamente na Tesouraria, até à hora e pela forma estabelecida para as receitas do Município.
2. Os serviços que rececionem cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal entre outros, deverão remeter o original, de imediato, à UAGF que procederá ao seu registo.
3. Cabe à Contabilidade registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição, assim como a devolução das cauções.
4. As garantias referidas ficarão à guarda da Tesouraria.

5. Para efeitos de libertação de cauções os serviços responsáveis devem enviar à UAGF informação, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções existentes com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.

**Capítulo III**  
**Despesa orçamental**  
**Secção I**  
**Princípios e regras**  
**Artigo 17.º**

**Princípios gerais para a realização da despesa**

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;

b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;

c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;

3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.

4. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizando de três meses. De igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.

5. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.

6. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

7. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano em prazo exequível, fica a UAGF autorizada a definir uma data limite para apresentação das requisições externas para aquisição de bens e serviços e para a receção das faturas nos serviços de Contabilidade.

8. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras deverá ter uma conta-corrente da obra, para que, em qualquer momento, se possa conhecer o seu custo.

### **Artigo 18.º**

#### **Tramitação dos processos de despesa**

1. Em 2015 os serviços responsáveis devem utilizar obrigatoriamente o GSE para elaboração de informações relativas a aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.

2. O número anterior é aplicável a todas as aquisições mesmo que o procedimento a adotar seja o ajuste direto simplificado.

3. Em cada requisição apresentada no GSE deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.

4. Cumpre à Secção de Aprovisionamento realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os serviços.

5. Para efeitos do referido no número anterior cada Unidade Orgânica, ou equiparada, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens, serviços, ou empreitadas a adquirir, as quais constarão do caderno de encargos a elaborar pela Secção de Aprovisionamento.

6. Por forma a garantir a disponibilização dos contratos nas datas pretendidas, cada unidade orgânica deve apresentar o respetivo pedido de compra com a antecedência mínima de:

a) 30 dias para aquisições de valor superior a 5.000€;

b) 60 dias para valores a partir de 75.000€;

c) 120 dias para valores a partir de 150.000€.

7. O Júri dos procedimentos deve integrar pelo menos um elemento da Secção de Aprovisionamento.

8. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113º do CCP (Código do Contratos Público), todos os serviços municipais devem comunicar à Secção de Aprovisionamento, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de

identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

### **Artigo 19.º**

#### **Gestão de contratos**

1. Compete a cada um dos serviços requisitantes a gestão dos contratos em vigor.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada orgânica deve:
  - a) nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
  - b) responder no prazo máximo de 10 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pelo Gabinete de Gestão da Qualidade.
3. As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas ao Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso para assegurar a competente análise e tramitação adequada.

### **Artigo 20.º**

#### **Conferência e registo da despesa**

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados, consoante a especificidade e a fase de realização da despesa, pela Secção de Contabilidade e pela Secção de Remunerações e Cadastro, nos termos referidos a seguir:
  - 2.1. As funções de registo das operações de cabimento e compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesas são asseguradas pela Secção de Contabilidade.
  - 2.2. A Secção de Remunerações e Cadastro assegura a informação necessária ao processamento das Despesas com Pessoal nos termos do artigo seguinte.

### **Artigo 21.º**

#### **Processamento de remunerações**

1. As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pela Secção de Contabilidade com informação disponibilizada pela Secção de Remunerações e Cadastro, de acordo com as normas e instruções em vigor.
2. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, a remeter à Secção de Contabilidade, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as

relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.

3. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na Secção de Contabilidade até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.

4. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.

### **Artigo 22.º**

#### **Fundos de maneo**

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Presidente da Câmara Municipal, a constituição de fundos de maneo, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.

2. O montante máximo de fundo de maneo a atribuir será de 1.000 €, salvo situações devidamente fundamentadas pelos Serviços e autorizadas pelo Presidente da Câmara.

3. Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneo são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter caráter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.

4. A competência para o pagamento de despesas por conta do Fundo de Maneio é do responsável pelo mesmo que poderá depositá-lo em conta bancária própria.

5. O Fundo de Maneio será saldado até ao penúltimo dia útil do mês de dezembro de 2015, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

6. Os titulares dos fundos respondem pessoalmente pelo incumprimento das regras aplicáveis à utilização dos mesmos.

7. Tratando-se de despesas com alimentação, devem os titulares do fundo de maneo identificar, no documento, os participantes que sendo colaboradores deverão conter o respetivo nº mecanográfico, bem como o fim visado e o interesse público subjacente à sua realização que justifique a despesa a título de representação dos serviços.

8. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam do Regulamento de Fundo de Maneio.

### **Secção II**

#### **Autorização da despesa**

**Artigo 23.º**  
**Competências**

1. Nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, a câmara municipal delega no presidente as competências para autorização de realização de despesas até ao limite de 748.196, 84 €.
2. Os limites de competência fixados no n.º 1 para autorização de realização de despesas mantêm-se para as despesas provenientes de alterações, revisões de preços e contratos adicionais às empreitadas e à aquisição de bens e serviços, desde que o respetivo custo total não exceda 10% do limite de competência inicial.
3. Quando for excedido o limite percentual referido no número anterior, a competência para a autorização do acréscimo da despesa cabe à entidade a quem competir a autorização do montante total da despesa, incluindo os acréscimos.
4. Competirá ao Presidente da Câmara Municipal, autorizar o pagamento de indemnizações resultantes de responsabilidades extracontratuais, após validação das mesmas pela seguradora adjudicatária destes seguros até ao limite do valor da sua competência, conforme referido no ponto 1 deste artigo.

**Artigo 24.º**  
**Apoios a entidades terceiras**

Os apoios a entidades que prosseguem fins não lucrativos e de utilidade pública que se traduzam na redução ou isenção do preço de prestações de serviços e/ou redução de taxas municipais, carecem de proposta fundamentada do respetivo Pelouro e de informação financeira prévia da UAGF, que a submeterá a decisão da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

**Artigo 25.º**  
**Apoio às Freguesias**

1. A prestação de serviços e/ou a cedência de bens móveis, solicitadas pelas Freguesias do Concelho de Terras de Bouro, para apoio a atividades de interesse municipal, nomeadamente, de natureza social, cultural, desportiva ou recreativa, consubstanciam-se num apoio traduzido a custo zero para a Freguesia requerente.
2. Este apoio carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação prévia da UAGF, que submeterá à decisão do Presidente da Câmara.

**Artigo 26.º**  
**Assunção de compromissos plurianuais**

1. Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto-Lei

n.º 127/2012, de 21 de junho, e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano.

2. Ficam igualmente autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que em cada um dos 3 anos seguintes não ultrapassem 75.000 €.

### **Artigo 27.º**

#### **Autorizações assumidas**

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica, gás;
- h) Comunicações de voz, dados e postais;
- i) Prémios de seguros;
- j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

### **Secção III**

#### **Procedimentos e regras especiais para a realização da despesa**

### **Artigo 28.º**

#### **Equipamento e soluções informáticas**

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para o Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação (GTIC), a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas e propor a solução mais adequada.

2. Quaisquer necessidades de soluções informáticas deverão ser endereçadas ao GTIC, de forma clara e fundamentada. O GTIC avaliará a oportunidade dos pedidos sob o ponto de vista técnico-financeiro.

**Artigo 29.º**  
**Vertente seguradora**

1. Cabe à Secção de Aprovisionamento desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município.
2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela divisão as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de vigência da apólice pretendida, sem prejuízo dos prazos referidos no n.º 6.º do artigo 18.º.
3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis à seguradora a indicar pela Secção de Aprovisionamento.

**Artigo 30.º**  
**Reposições ao Município**

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
  - a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;
  - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

**Artigo 31.º**  
**Operações de tesouraria**

Os processos de Operações de Tesouraria serão organizados pelos seguintes serviços:

Processo	Serviço
Descontos em remunerações e abonos	Secção de Remunerações e Cadastro
Depósitos e retenções para cauções	Secção de Contabilidade

**Secção IV**  
**Celebração e formalização de contratos e protocolos**

### **Artigo 32.º**

#### **Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos**

1. Compete à Secção de Aprovisionamento a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.
2. Os restantes termos contratuais abrangidos, nomeadamente pelos artigos 4.º e 5.º do CCP, contratos excluídos e contratação excluída, são da responsabilidade do Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso incluindo tudo o que respeita à formação dos mesmos.
3. O outorgante em representação do município é o Presidente da Câmara, sem prejuízo de eventual delegação de competências.
4. Compete à UAGF a remessa ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do art. 46.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, com as respetivas alterações.

### **Artigo 33.º**

#### **Protocolos**

1. Os Protocolos que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia, deverão obter o prévio parecer da UAGF para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à Secção de Contabilidade proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos Protocolos referidos no ponto anterior.

### **Artigo 34.º**

#### **Contratos de tarefa e avença**

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e demais legislação complementar.
2. Relativamente à celebração dos contratos de tarefa e avença, a verificação do disposto no artigo 32.º da LGTFP e demais requisitos previstos na Lei que aprova o Orçamento de Estado, é da responsabilidade da Câmara Municipal.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na classificação económica 010107 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual. Os restantes contratos que, em nome individual, têm caráter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos no agrupamento 02.
4. Os contratos de tarefa e de avença celebrados com violação dos requisitos previstos no artigo 35.º da LGTFP são nulos, fazendo incorrer o seu responsável em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

**Capítulo IV**  
**Disposições finais**

**Artigo 35.º**

**Delegações de competências nas Freguesias**

No ano de 2015 a Câmara Municipal é autorizada a delegar nas Juntas de Freguesia do concelho de Terras de Bouro competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos e em cumprimento do disposto nos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por via da celebração de contratos interadministrativos com as juntas de freguesia interessadas.

**Artigo 42.º**

**Consulta de processos**

1. O Gabinete de Gestão da Qualidade e de Auditoria Interna poderá consultar nas Divisões e serviços equiparados, para exame e verificação, toda a documentação relacionada com a arrecadação da receita e a realização da despesa.
2. O Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários poderá adotar idêntico procedimento no âmbito exclusivo das suas atribuições.

**Artigo 43.º**

**Empréstimos a curto prazo**

Para satisfação de necessidades transitórias de tesouraria fica o executivo autorizado a contrair empréstimos a curto prazo, até ao final do exercício económico e até ao montante de 500.000 €, nos termos do artigo 50.º, da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro.

**Artigo 45.º**

**Dúvidas sobre a execução do Orçamento**

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das Normas de Execução do Orçamento serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara.

**Órgão Executivo**

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2014

**Órgão Deliberativo**

Terras de Bouro, 28 de novembro de 2014

## 10. MAPAS

### 10.1 Resumo do Orçamento

RECEITAS		Valor	% Parcelar	% Total	DESPESAS		Valor	% Parcelar	% Total
	RECEITAS CORRENTES					DESPESAS CORRENTES			
01	IMPOSTOS DIRECTOS	607.020,00	8,25	7,22	01	DESPESAS COM O PESSOAL	4.496.612,00	66,11	53,48
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	29.210,00	0,40	0,35	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.749.000,00	25,71	20,80
03	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEG SOCIAL, A CGA	0,00	0,00	0,00	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	28.000,00	0,41	0,33
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	66.025,00	0,90	0,79	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	396.000,00	5,82	4,71
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	603.205,00	8,20	7,17	05	SUBSÍDIOS	81.000,00	1,19	0,96
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.770.220,00	78,46	68,63	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.000,00	0,75	0,61
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	278.440,00	3,79	3,31					
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25,00	0,00	0,00					
	<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>7.354.145,00</b>	<b>100,00</b>	<b>87,47</b>		<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>6.801.612,00</b>	<b>100,00</b>	<b>80,90</b>
	RECEITAS CAPITAL					DESPESAS CAPITAL			
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	60.025,00	5,70	0,71	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.146.000,00	71,35	13,63
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	993.527,00	94,30	11,82	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42.000,00	2,62	0,50
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	09	ACTIVOS FINANCEIROS	63.100,00	3,93	0,75
12	PASSIVOS FINANCEIROS	10,00	0,00	0,00	10	PASSIVOS FINANCEIROS	355.000,00	22,10	4,22
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
	<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>1.053.562,00</b>	<b>100,00</b>	<b>12,53</b>					
	RECEITAS OUTRAS								
14	RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS	0,00	0,00	0,00					
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00	100,00	0,00					
	<b>Total das Outras Receitas</b>	<b>5,00</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>		<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>1.606.100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>19,10</b>
	<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>8.407.712,00</b>		<b>100,00</b>		<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>8.407.712,00</b>		<b>100,00</b>

#### Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2014

#### Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de novembro de 2014

## 10.2 Orçamento da Receita

Económica	Descrição	Montante Previsto
<b>01</b>	<b>Impostos diretos</b>	<b>607.020,00</b>
<b>01 02</b>	<b>Outros</b>	<b>607.020,00</b>
01 02 02	Imposto municipal sobre imóveis	293.000,00
01 02 03	Imposto único de circulação	93.000,00
01 02 04	Imposto municipal s/ as transmissões onerosas de imóveis	72.000,00
01 02 05	Derrama	149.000,00
<b>01 02 07</b>	<b>Impostos abolidos</b>	<b>15,00</b>
01 02 07 01	Contribuição autárquica	5,00
01 02 07 02	Imposto municipal de sisa	5,00
01 02 07 03	Imposto municipal sobre veículos	5,00
01 02 99	Impostos diretos diversos	5,00
<b>02</b>	<b>Impostos indiretos</b>	<b>29.210,00</b>
<b>02 02</b>	<b>Outros</b>	<b>29.210,00</b>
<b>02 02 06</b>	<b>Impostos indiretos específicos das autarquias locais</b>	<b>29.210,00</b>
02 02 06 01	Mercados e Feiras	4.600,00
02 02 06 02	Loteamento e Obras	1.300,00
02 02 06 03	Ocupação de Via Pública	5,00
02 02 06 05	Publicidade	100,00
02 02 06 06	Saneamento	5.300,00
<b>02 02 06 99</b>	<b>Outros</b>	<b>17.905,00</b>
02 02 06 99 01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	800,00
02 02 06 99 02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	5,00
02 02 06 99 99	Outros	17.100,00
<b>04</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>66.025,00</b>
<b>04 01</b>	<b>Taxas</b>	<b>64.110,00</b>
<b>04 01 23</b>	<b>Taxas específicas das autarquias locais</b>	<b>64.110,00</b>
04 01 23 01	Mercados e Feiras	500,00
04 01 23 02	Loteamento e Obras	18.400,00
04 01 23 03	Ocupação de Via Pública	1.100,00
04 01 23 05	Caça, uso e porte arma	500,00
04 01 23 06	Saneamento	14.100,00
<b>04 01 23 99</b>	<b>Outros</b>	<b>29.510,00</b>
04 01 23 99 01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	5,00
04 01 23 99 02	Taxa pela emissão do certificado de registo	5,00
04 01 23 99 99	Outras	29.500,00
<b>04 02</b>	<b>Multas e outras penalidades:</b>	<b>1.915,00</b>
04 02 01	Juros de mora	5,00
04 02 03	Multas e coimas por infrações ao código da estrada	5,00
04 02 04	Coimas e penalidades por contra ordenações	5,00
04 02 99	Multas e penalidades diversas	1.900,00
<b>05</b>	<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>603.205,00</b>
<b>05 02</b>	<b>Juros - sociedades financeiras</b>	<b>1.400,00</b>
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	1.400,00
<b>05 10</b>	<b>Rendas</b>	<b>601.805,00</b>
05 10 01	Terrenos	5,00
05 10 05	Bens de domínio público	273.000,00
05 10 99	Outros	328.800,00
<b>06</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>5.770.220,00</b>
<b>06 03</b>	<b>Administração central</b>	<b>5.770.210,00</b>
<b>06 03 01</b>	<b>Estado</b>	<b>5.728.800,00</b>
06 03 01 01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.555.000,00
06 03 01 02	Fundo social municipal	129.600,00
06 03 01 03	Participação variável no IRS	37.600,00

Documentos Previsionais  
2015

Económica	Descrição	Montante Previsto
<b>06 03 01 99</b>	<b>Outros</b>	<b>1.006.600,00</b>
06 03 01 99 01	DGAL	39.900,00
06 03 01 99 02	DREN	950.000,00
06 03 01 99 99	Outros	16.700,00
<b>06 03 06</b>	<b>Estado- participação comunitária em projetos cofinanciados</b>	<b>5.005,00</b>
06 03 06 01	Fundo social europeu	5.000,00
06 03 06 02	FEDER/INTERREG	5,00
06 03 07	Serviços e fundos autónomos	36.400,00
06 03 09	Serviços e fundos autónomos - subsistema de proteção	5,00
<b>06 05</b>	<b>Administração local</b>	<b>5,00</b>
06 05 01	Continente	5,00
<b>06 08</b>	<b>Famílias</b>	<b>5,00</b>
06 08 01	Famílias	5,00
<b>07</b>	<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>278.440,00</b>
<b>07 01</b>	<b>Venda de bens</b>	<b>59.520,00</b>
07 01 01	Material de escritório	5,00
07 01 03	Publicações e impressos	5,00
<b>07 01 10</b>	<b>Desperdícios, resíduos e refugos</b>	<b>10,00</b>
07 01 10 01	Sucata	5,00
07 01 10 99	Outros	5,00
<b>07 01 11</b>	<b>Produtos acabados e intermédios</b>	<b>54.500,00</b>
07 01 11 03	Água	50.700,00
07 01 11 04	Eletricidade	3.800,00
07 01 99	Outros	5.000,00
<b>07 02</b>	<b>Serviços</b>	<b>172.520,00</b>
07 02 01	Aluguer de espaços e equipamentos	2.600,00
<b>07 02 08</b>	<b>Serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos</b>	<b>85.200,00</b>
<b>07 02 08 02</b>	<b>Serviços recreativos</b>	<b>85.200,00</b>
07 02 08 02 99	Outros	85.200,00
<b>07 02 09</b>	<b>Serviços específicos das autarquias</b>	<b>84.720,00</b>
07 02 09 01	Saneamento	5,00
07 02 09 02	Resíduos sólidos	5,00
<b>07 02 09 03</b>	<b>Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias</b>	<b>15,00</b>
07 02 09 03 02	Transportes escolares	5,00
07 02 09 03 03	Transporte de pessoas e mercadorias	5,00
07 02 09 03 99	Outros	5,00
07 02 09 04	Trabalhos por Conta de Particulares	6.395,00
07 02 09 05	Cemitérios	500,00
07 02 09 06	Mercados e Feiras	500,00
07 02 09 09	Reembolso de Seguros	77.300,00
<b>07 03</b>	<b>Rendas</b>	<b>46.400,00</b>
07 03 01	Habitações	4.600,00
07 03 02	Edifícios	41.800,00
<b>08</b>	<b>Outras receitas correntes</b>	<b>25,00</b>
<b>08 01</b>	<b>Outras</b>	<b>25,00</b>
<b>08 01 99</b>	<b>Outras</b>	<b>25,00</b>
08 01 99 01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio	5,00
08 01 99 02	Indemnizações de estragos provocados por outrem	5,00
08 01 99 03	Iva reembolsado	5,00
08 01 99 04	Iva inversão da liquidação	5,00
08 01 99 99	Diversas	5,00
	<b>Total das receitas correntes</b>	<b>7.354.145,00</b>
<b>09</b>	<b>Vendas de bens de investimento</b>	<b>60.025,00</b>
<b>09 01</b>	<b>Terrenos</b>	<b>60.000,00</b>

Documentos Previsionais  
2015

Económica	Descrição	Montante Previsto
09 01 06	Administração pública- administração local- continente	60.000,00
<b>09 02</b>	<b>Habitacões</b>	<b>5,00</b>
09 02 06	Administração pública- administração local- continente	5,00
<b>09 03</b>	<b>Edifícios</b>	<b>5,00</b>
09 03 06	Administração pública- administração local- continente	5,00
<b>09 04</b>	<b>Outros bens de investimento</b>	<b>15,00</b>
<b>09 04 06</b>	<b>Administração pública- administração local- continente</b>	<b>15,00</b>
09 04 06 01	Equipamento de Transporte	5,00
09 04 06 02	Maquinaria e Equipamento	5,00
09 04 06 03	Outros	5,00
<b>10</b>	<b>Transferências de capital</b>	<b>993.527,00</b>
<b>10 03</b>	<b>Administração central</b>	<b>993.522,00</b>
<b>10 03 01</b>	<b>Estado</b>	<b>546.107,00</b>
10 03 01 01	Fundo equilíbrio financeiro	506.102,00
10 03 01 04	Cooperação Técnica e Financeira	5,00
<b>10 03 01 99</b>	<b>Outros</b>	<b>40.000,00</b>
10 03 01 99 01	DREN	40.000,00
<b>10 03 07</b>	<b>Estado- participação comunitária em projetos cofinanciados</b>	<b>447.405,00</b>
10 03 07 01	FEDER/INTERREG	447.400,00
10 03 07 02	FEOGA	5,00
<b>10 03 08</b>	<b>Serviços e fundos autónomos</b>	<b>10,00</b>
10 03 08 01	IFT - PITER	5,00
10 03 08 02	INH	5,00
<b>10 05</b>	<b>Administração local</b>	<b>5,00</b>
10 05 01	Continente	5,00
<b>12</b>	<b>Passivos financeiros</b>	<b>10,00</b>
<b>12 05</b>	<b>Empréstimos de curto prazo</b>	<b>5,00</b>
12 05 02	Sociedades financeiras	5,00
<b>12 06</b>	<b>Empréstimos a médio e longo prazos</b>	<b>5,00</b>
12 06 02	Sociedades financeiras	5,00
	<b>Total das receitas de capital</b>	<b>1.053.562,00</b>
<b>15</b>	<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>5,00</b>
<b>15 01</b>	<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>5,00</b>
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00
	<b>Total das outras receitas</b>	<b>5,00</b>
<b>Total</b>		<b>8.407.712,00</b>

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2014

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de novembro de 2014

### 10.3 Orçamento da despesa

Orgânica	Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
01	Assembleia Municipal		29.000,00		29.000,00
	<b>01</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>26.500,00</b>		<b>26.500,00</b>
	<b>01 02</b>	<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>26.500,00</b>		<b>26.500,00</b>
	01 02 04	Ajudas de custo	6.500,00		6.500,00
	<b>01 02 13</b>	<b>Outros suplementos e prémios</b>	<b>20.000,00</b>		<b>20.000,00</b>
	01 02 13 02	Outros	20.000,00		20.000,00
	<b>02</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>2.500,00</b>		<b>2.500,00</b>
	<b>02 01</b>	<b>Aquisição de bens</b>	<b>2.500,00</b>		<b>2.500,00</b>
	02 01 08	Material de escritório	2.500,00		2.500,00
		<b>Total das despesas correntes</b>	<b>29.000,00</b>		<b>29.000,00</b>
02	Câmara Municipal		7.190.712,00	1.188.000,00	8.378.712,00
	<b>01</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>4.470.112,00</b>		<b>4.470.112,00</b>
	<b>01 01</b>	<b>Remunerações certas e permanentes</b>	<b>3.491.612,00</b>		<b>3.491.612,00</b>
	01 01 01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	136.000,00		136.000,00
	<b>01 01 04</b>	<b>Pessoal dos quadros- regime do contrato individual</b>	<b>2.241.612,00</b>		<b>2.241.612,00</b>
	01 01 04 01	Pessoal em funções	2.238.612,00		2.238.612,00
	01 01 04 02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	1.000,00		1.000,00
	01 01 04 03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1.000,00		1.000,00
	01 01 04 04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	1.000,00		1.000,00
	01 01 05	Pessoal para além dos quadros	1.000,00		1.000,00
	<b>01 01 06</b>	<b>Pessoal contratado a termo</b>	<b>2.000,00</b>		<b>2.000,00</b>
	01 01 06 01	Pessoal em funções	1.000,00		1.000,00
	01 01 06 04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	1.000,00		1.000,00
	01 01 07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	60.000,00		60.000,00
	01 01 08	Pessoal aguardando aposentação	7.500,00		7.500,00
	01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	125.000,00		125.000,00
	<b>01 01 11</b>	<b>Representação</b>	<b>28.000,00</b>		<b>28.000,00</b>
	01 01 11 01	Membros dos Órgãos Autárquicos	28.000,00		28.000,00
	01 01 12	Suplementos e prémios	1.000,00		1.000,00
	<b>01 01 13</b>	<b>Subsídio de refeição</b>	<b>317.000,00</b>		<b>317.000,00</b>
	<b>01 01 13 01</b>	<b>Pessoal dos quadros- regime do contrato individual</b>	<b>226.000,00</b>		<b>226.000,00</b>
	01 01 13 01 01	Pessoal em funções	225.000,00		225.000,00
	01 01 13 01 02	Pessoal/novos postos de trabalho	1.000,00		1.000,00
	01 01 13 02	Pessoal em qualquer outra situação	90.000,00		90.000,00
	01 01 13 03	Membros dos órgãos autárquicos	1.000,00		1.000,00
	<b>01 01 14</b>	<b>Subsídios de férias e natal</b>	<b>565.500,00</b>		<b>565.500,00</b>
	<b>01 01 14 01</b>	<b>Pessoal dos quadros- regime do contrato individual</b>	<b>558.000,00</b>		<b>558.000,00</b>
	01 01 14 01 01	Pessoal em funções	557.000,00		557.000,00
	01 01 14 01 02	Pessoal/novos postos de trabalho	1.000,00		1.000,00
	01 01 14 02	Pessoal em qualquer outra situação	7.500,00		7.500,00
	01 01 15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	7.000,00		7.000,00
	<b>01 02</b>	<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>	<b>74.000,00</b>		<b>74.000,00</b>
	01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	1.000,00		1.000,00

*Documentos Previsionais*  
2015

Orgânica	Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
	01 02 02	Horas extraordinárias	55.000,00		55.000,00
	01 02 03	Alimentação e alojamento	1.000,00		1.000,00
	01 02 04	Ajudas de custo	1.000,00		1.000,00
	01 02 05	Abono para falhas	13.000,00		13.000,00
	01 02 07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00		1.000,00
	01 02 08	Subsídios e abonos de fixação, residência e alojam	1.000,00		1.000,00
	<b>01 02 13</b>	<b>Outros suplementos e prémios</b>	<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
	01 02 13 02	Outros	1.000,00		1.000,00
	<b>01 03</b>	<b>Segurança social</b>	<b>904.500,00</b>		<b>904.500,00</b>
	01 03 01	Encargos com a saúde	126.000,00		126.000,00
	01 03 03	Subsídio familiar a crianças e jovens	22.000,00		22.000,00
	01 03 04	Outras prestações familiares	7.500,00		7.500,00
	<b>01 03 05</b>	<b>Contribuições para a segurança social</b>	<b>732.000,00</b>		<b>732.000,00</b>
	01 03 05 01	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)	1.000,00		1.000,00
	<b>01 03 05 02</b>	<b>Segurança social do pessoal em regime de contrato</b>	<b>730.000,00</b>		<b>730.000,00</b>
	01 03 05 02 01	Caixa geral de aposentações	500.000,00		500.000,00
	01 03 05 02 02	Segurança social - regime geral	230.000,00		230.000,00
	01 03 05 03	Outros	1.000,00		1.000,00
	01 03 06	Acidentes em serviços e doenças profissionais	1.000,00		1.000,00
	<b>01 03 09</b>	<b>Seguros</b>	<b>14.000,00</b>		<b>14.000,00</b>
	01 03 09 01	Seguros – seg. ac. trabalho e doenças profissionais	13.000,00		13.000,00
	01 03 09 02	Seguros - seguros de saúde	1.000,00		1.000,00
	<b>01 03 10</b>	<b>Outras despesas de segurança social</b>	<b>2.000,00</b>		<b>2.000,00</b>
	01 03 10 01	Eventualidade maternidade, paternidade e adoção	1.000,00		1.000,00
	01 03 10 99	Outras despesas de segurança social	1.000,00		1.000,00
	<b>02</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>1.746.500,00</b>		<b>1.746.500,00</b>
	<b>02 01</b>	<b>Aquisição de bens</b>	<b>467.000,00</b>		<b>467.000,00</b>
	02 01 01	Matérias-primas e subsidiárias	5.000,00		5.000,00
	<b>02 01 02</b>	<b>Combustíveis e lubrificantes</b>	<b>215.000,00</b>		<b>215.000,00</b>
	02 01 02 01	Gasolina	15.000,00		15.000,00
	02 01 02 02	Gasóleo	140.000,00		140.000,00
	02 01 02 99	Outros	60.000,00		60.000,00
	02 01 03	Munições, explosivos e artificios	1.000,00		1.000,00
	02 01 04	Limpeza e higiene	15.000,00		15.000,00
	02 01 05	Alimentação- refeições confeccionadas	90.000,00		90.000,00
	02 01 06	Alimentação- géneros para confeccionar	2.000,00		2.000,00
	02 01 07	Vestuário e artigos pessoais	10.000,00		10.000,00
	02 01 08	Material de escritório	20.000,00		20.000,00
	02 01 15	Prémios, condecorações e ofertas	25.000,00		25.000,00
	<b>02 01 16</b>	<b>Mercadorias para venda</b>	<b>10.000,00</b>		<b>10.000,00</b>
	02 01 16 03	Outros	10.000,00		10.000,00
	02 01 17	Ferramentas e utensílios	5.000,00		5.000,00
	02 01 18	Livros e documentação técnica	1.000,00		1.000,00
	02 01 19	Artigos honoríficos e de decoração	1.000,00		1.000,00
	02 01 20	Material de educação, cultura e recreio	1.000,00		1.000,00
	02 01 21	Outros bens	66.000,00		66.000,00

*Documentos Previsionais*  
2015

Orgânica	Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
	<b>02 02</b>	<b>Aquisição de serviços</b>	<b>1.279.500,00</b>		<b>1.279.500,00</b>
	02 02 01	Encargos de instalações	120.000,00		120.000,00
	02 02 03	Conservação de bens	15.000,00		15.000,00
	02 02 04	Locação de edifícios	6.000,00		6.000,00
	02 02 05	Locação de material de informática	1.000,00		1.000,00
	02 02 06	Locação de material de transporte	25.000,00		25.000,00
	02 02 08	Locação de outros bens	42.000,00		42.000,00
	02 02 09	Comunicações	45.000,00		45.000,00
	02 02 10	Transportes	200.000,00		200.000,00
	02 02 11	Representação dos serviços	1.000,00		1.000,00
	02 02 12	Seguros	40.000,00		40.000,00
	02 02 13	Deslocações e estadas	2.500,00		2.500,00
	02 02 14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	15.000,00		15.000,00
	02 02 15	Formação	45.000,00		45.000,00
	02 02 16	Seminários, exposições e similares	1.000,00		1.000,00
	02 02 17	Publicidade	110.000,00		110.000,00
	02 02 18	Vigilância e segurança	1.000,00		1.000,00
	02 02 19	Assistência técnica	13.000,00		13.000,00
	02 02 20	Outros trabalhos especializados	194.000,00		194.000,00
	02 02 24	Encargos de cobrança de receitas	30.000,00		30.000,00
	<b>02 02 25</b>	<b>Outros serviços</b>	<b>373.000,00</b>		<b>373.000,00</b>
	02 02 25 01	Água e energia elétrica p/ distribuição	273.000,00		273.000,00
	02 02 25 02	Outros	100.000,00		100.000,00
	<b>03</b>	<b>Juros e outros encargos</b>	<b>28.000,00</b>		<b>28.000,00</b>
	<b>03 01</b>	<b>Juros da dívida pública</b>	<b>27.000,00</b>		<b>27.000,00</b>
	<b>03 01 03</b>	<b>Sociedades financeiras- bancos e outras instituições</b>	<b>27.000,00</b>		<b>27.000,00</b>
	03 01 03 01	Soc. financeiras - bancos e o. Inst. Fin. - a curto prazo	1.000,00		1.000,00
	03 01 03 02	Soc. financeiras - bancos e o. Inst. Fin. - a médio e longo prazos	26.000,00		26.000,00
	<b>03 02</b>	<b>Outros encargos correntes da dívida pública</b>	<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
	03 02 01	Despesas diversas	1.000,00		1.000,00
	<b>04</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>396.000,00</b>		<b>396.000,00</b>
	<b>04 03</b>	<b>Administração central</b>	<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
	04 03 05	Serviços e fundos autónomos	1.000,00		1.000,00
	<b>04 05</b>	<b>Administração local</b>	<b>195.000,00</b>		<b>195.000,00</b>
	<b>04 05 01</b>	<b>Continente</b>	<b>195.000,00</b>		<b>195.000,00</b>
	04 05 01 02	Freguesias	185.000,00		185.000,00
	04 05 01 08	Outros	10.000,00		10.000,00
	<b>04 07</b>	<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>150.000,00</b>		<b>150.000,00</b>
	04 07 01	Instituições sem fins lucrativos	150.000,00		150.000,00
	<b>04 08</b>	<b>Famílias</b>	<b>50.000,00</b>		<b>50.000,00</b>
	<b>04 08 02</b>	<b>Outras</b>	<b>50.000,00</b>		<b>50.000,00</b>
	04 08 02 01	Famílias	50.000,00		50.000,00
	<b>05</b>	<b>Subsídios</b>	<b>81.000,00</b>		<b>81.000,00</b>
	<b>05 01</b>	<b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b>	<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
	<b>05 01 01</b>	<b>Públicas</b>	<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
	05 01 01 02	Outras	1.000,00		1.000,00

Documentos Previsionais  
2015

Orgânica	Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
	<b>05 08</b>	<b>Famílias</b>	<b>80.000,00</b>		<b>80.000,00</b>
	05 08 03	Outras	80.000,00		80.000,00
	<b>06</b>	<b>Outras despesas correntes</b>	<b>51.000,00</b>		<b>51.000,00</b>
	<b>06 02</b>	<b>Diversas</b>	<b>51.000,00</b>		<b>51.000,00</b>
	<b>06 02 03</b>	<b>Outras</b>	<b>51.000,00</b>		<b>51.000,00</b>
	06 02 03 01	Restituições	30.000,00		30.000,00
	06 02 03 02	Iva	5.000,00		5.000,00
	06 02 03 04	Serviços bancários	1.000,00		1.000,00
	06 02 03 05	Outras	15.000,00		15.000,00
		<b>Total das despesas correntes</b>	<b>6.772.612,00</b>		<b>6.772.612,00</b>
	<b>07</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>		<b>1.146.000,00</b>	<b>1.146.000,00</b>
	<b>07 01</b>	<b>Investimentos</b>		<b>314.000,00</b>	<b>314.000,00</b>
	07 01 01	Terrenos		1.000,00	1.000,00
	<b>07 01 02</b>	<b>Habitações</b>		<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>
	07 01 02 01	Construção		1.000,00	1.000,00
	07 01 02 03	Reparação e beneficiação		5.000,00	5.000,00
	<b>07 01 03</b>	<b>Edifícios</b>		<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>
	07 01 03 01	Instalações de serviços		10.000,00	10.000,00
	07 01 03 02	Instalações desportivas e recreativas		5.000,00	5.000,00
	07 01 03 05	Escolas		20.000,00	20.000,00
	07 01 03 07	Outros		1.000,00	1.000,00
	<b>07 01 04</b>	<b>Construções diversas</b>		<b>77.000,00</b>	<b>77.000,00</b>
	07 01 04 06	Instalações desportivas e recreativas		76.000,00	76.000,00
	07 01 04 13	Outros		1.000,00	1.000,00
	<b>07 01 06</b>	<b>Material de transportes</b>		<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>
	07 01 06 02	Outro		40.000,00	40.000,00
	07 01 07	Equipamento de informática		20.000,00	20.000,00
	07 01 08	Software informático		80.000,00	80.000,00
	07 01 09	Equipamento administrativo		7.000,00	7.000,00
	<b>07 01 10</b>	<b>Equipamento básico</b>		<b>47.000,00</b>	<b>47.000,00</b>
	07 01 10 01	Equipamento de recolha de resíduos		5.000,00	5.000,00
	07 01 10 02	Outros		42.000,00	42.000,00
	<b>07 03</b>	<b>Bens de domínio público</b>		<b>832.000,00</b>	<b>832.000,00</b>
	07 03 01	Terrenos e recursos naturais		1.000,00	1.000,00
	<b>07 03 02</b>	<b>Edifícios</b>		<b>45.000,00</b>	<b>45.000,00</b>
	07 03 02 04	Creches		5.000,00	5.000,00
	07 03 02 05	Escolas		40.000,00	40.000,00
	<b>07 03 03</b>	<b>Outras construções e infraestruturas</b>		<b>786.000,00</b>	<b>786.000,00</b>
	07 03 03 01	Viadutos, arruamentos e obras complementares		440.000,00	440.000,00
	07 03 03 02	Sistemas de drenagem de águas residuais		187.000,00	187.000,00
	07 03 03 04	Iluminação pública		10.000,00	10.000,00
	07 03 03 05	Parques e jardins		1.000,00	1.000,00
	07 03 03 07	Captação, tratamento e distribuição de água		97.000,00	97.000,00
	07 03 03 08	Viação rural		41.000,00	41.000,00
	07 03 03 09	Sinalização e trânsito		5.000,00	5.000,00
	07 03 03 12	Cemitérios		5.000,00	5.000,00
	<b>08</b>	<b>Transferências de capital</b>		<b>42.000,00</b>	<b>42.000,00</b>
	<b>08 07</b>	<b>Instituições sem fins lucrativos</b>		<b>32.000,00</b>	<b>32.000,00</b>

*Documentos Previsionais*  
2015

Orgânica	Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
	08 07 01	Instituições sem fins lucrativos		32.000,00	32.000,00
	<b>08 08</b>	<b>Famílias</b>		<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>
	08 08 02	Outras		10.000,00	10.000,00
	<b>09</b>	<b>Ativos financeiros</b>	<b>63.100,00</b>		<b>63.100,00</b>
	<b>09 08</b>	<b>Unidades de participação</b>	<b>63.100,00</b>		<b>63.100,00</b>
	09 08 01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	63.100,00		63.100,00
	<b>10</b>	<b>Passivos financeiros</b>	<b>355.000,00</b>		<b>355.000,00</b>
	<b>10 05</b>	<b>Empréstimos a curto prazo</b>	<b>5.000,00</b>		<b>5.000,00</b>
	10 05 03	Sociedades financeiras - bancos e outras instituições	5.000,00		5.000,00
	<b>10 06</b>	<b>Empréstimos a médio e longo prazos</b>	<b>350.000,00</b>		<b>350.000,00</b>
	10 06 03	Sociedades financeiras - bancos e outras instituições	350.000,00		350.000,00
		<b>Total das despesas de capital</b>	<b>418.100,00</b>	<b>1.188.000,00</b>	<b>1.606.100,00</b>
<b>Total</b>			<b>7.219.712,00</b>	<b>1.188.000,00</b>	<b>8.407.712,00</b>

**Órgão Executivo**

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2014

**Órgão Deliberativo**

Terras de Bouro, 28 de novembro de 2014

## 10.4 Atividades Mais Relevantes

Objetivo	Código da classificação económica		N.º do projeto / ação	Designação do programa e projeto / ação	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2015			Anos Seguintes				Total Previsto
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2016	2017	2018	Outros	
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios													2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
	02	08 07 01	11A004	A.H. Bombeiros V. T. Bouro / Invest. no setor	O	0	100	0	0	01-01-15	31-12-15	0	0,00	1.000,00	1.000,00						1.000,00
	02	08 07 01	11A005	Núcleos C.V. Terras de Bouro / Invest. no setor	O	0	100	0	0	01-01-15	31-12-15	0	0,00	1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.3.2	Ação social													35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
	02	08 07 01	11A001	Apoio a construção de centros sociais	O	0	100	0	0	01-01-15	31-12-15	0	0,00	25.000,00	25.000,00						25.000,00
	02	08 08 02	11A002	Melhoria das condições de habitabilidade	O	0	100	0	0	01-01-15	31-12-15	0	0,00	10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.4.2	Ordenamento do território													1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	02	08 07 01	11A003	Requalificação de cemitérios e casas mortuárias	O	0	100	0	0	01-01-15	31-12-15	0	0,00	1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.4	Abastecimento de água													1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	02	08 07 01	11A006	Regadios tradicionais	O	0	100	0	0	01-01-15	31-12-15	0	0,00	1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.3	Outras atividades cívicas e religiosas													3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
	02	08 07 01	13A001	Património cultural	O	0	100	0	0	01-01-15	31-12-15	0	0,00	3.000,00	3.000,00						3.000,00
TOTAL														42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2014

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de novembro de 2014

## 10.5 Plano Plurianual de Investimentos

Obj.	Código da classificação económica		N.º do projeto /ação	Designação do programa e projeto / ação	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2015			Anos Seguintes				Total Previsto
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2016	2017	2018	Outros	
1.1.1	Administração geral												1.182.351,33	179.000,00	179.000,00						1.361.351,33
	02	07 01 07	09P001	Câmara municipal / equipamento e maquinaria	O	0	0	0	O.A.	01-01-09	31-12-15	0	243.730,43	20.000,00	20.000,00						263.730,43
	02	07 01 08	09P001	Câmara municipal / equipamento e maquinaria	O	0	0	0	O.A.	01-01-09	31-12-15	0	243.730,43	80.000,00	80.000,00						323.730,43
	02	07 01 09	09P001	Câmara municipal / equipamento e maquinaria	O	0	0	0	O.A.	01-01-09	31-12-15	0	243.730,43	7.000,00	7.000,00						250.730,43
	02	07 01 10 02	09P001	Câmara municipal / equipamento e maquinaria	O	0	0	0	O.A.	01-01-09	31-12-15	0	243.730,43	20.000,00	20.000,00						263.730,43
	02	07 01 01	10P032	Aquisição de terrenos	O	0	100	0	O.A.	01-01-10	31-12-15	0	6.000,00	1.000,00	1.000,00						7.000,00
	02	07 03 01	10P032	Aquisição de terrenos	O	0	100	0	O.A.	01-01-10	31-12-15	0	6.000,00	1.000,00	1.000,00						7.000,00
	02	07 01 03 01	10P033	Requalificação de edifícios municipais	E	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	91.702,79	10.000,00	10.000,00						101.702,79
	02	07 01 06 02	10P035	Câmara municipal / material de transporte	O	0	100	0	O.A.	01-01-10	31-12-15	0	103.726,82	40.000,00	40.000,00						143.726,82
2.1.1	Ensino não superior												92.700,89	60.000,00	60.000,00						152.700,89
	02	07 03 02 05	10P002	Requalificação do parque escolar	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	7.402,17	40.000,00	40.000,00						47.402,17
	02	07 01 03 05	10P004	Escola profissional amar terra verde	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	85.298,72	20.000,00	20.000,00						105.298,72
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino												11.111,79	5.000,00	5.000,00		50.000,00				66.111,79
	02	07 03 02 04	10P001	Requalificação do parque escolar	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	11.111,79	5.000,00	5.000,00		50.000,00				66.111,79
2.4.1	Habitação												4.818,59	6.000,00	6.000,00		200.000,00	200.000,00			410.818,59
	02	07 01 02 01	05P013	Loteamento da Caniçada - Valdosende	O	0	100	0	UPU	01-01-05	31-12-15	0	2.342,10	1.000,00	1.000,00		200.000,00	200.000,00			403.342,10
	02	07 01 02 03	10P011	Requalificação Do Parque Habitacional	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	2.476,49	5.000,00	5.000,00						7.476,49
2.4.2	Ordenamento do território												249.080,95	477.000,00	477.000,00		300.000,00	200.000,00			1.226.080,95
	02	07 01 10 02	02P038	Alteração e revisão do PDM	O	0	100	0	UPU	01-01-02	31-12-15	0		15.000,00	15.000,00						15.000,00
	02	07 03 03 01	08P003	Parque urbano - Ribeiro de Gordairas	O	0	0	0	UOM	01-12-08	31-12-15	0		5.000,00	5.000,00		300.000,00	200.000,00			505.000,00
	02	07 01 10 02	10P012	Elaboração de projetos, planos de urbanização/pormenor	O	0	100	0	UPU	01-01-10	31-12-15	0	5.527,56	7.000,00	7.000,00						12.527,56
	02	07 03 03 01	10P013	Requalificação de espaços públicos	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	210.276,76	430.000,00	430.000,00						640.276,76
	02	07 03 03 04	10P019	Requalificação da rede de iluminação pública municipal	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	33.276,63	10.000,00	10.000,00						43.276,63
	02	07 03 03 12	11P001	Cemitérios municipais	O	0	100	0	USUA	01-01-11	31-12-15	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
	02	07 03 03 01	11P002	Ecovia do Gerês	O	0	100	0	UOM	01-01-11	31-12-15	0		5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.3	Saneamento												193.613,23	187.000,00	187.000,00		200.000,00	200.000,00			780.613,23
	02	07 03 03 02	10P016	Construção/requalificação do sistema de drenagem e esgotos	E	0	100	0	USUA	01-01-10	31-12-15	0	188.568,22	186.000,00	186.000,00		200.000,00	200.000,00			774.568,22
	02	07 03 03 02	10P020	Controlo de qualidade de efluentes	O	0	100	0	USUA	01-01-10	31-12-15	0	5.045,01	1.000,00	1.000,00						6.045,01
2.4.4	Abastecimento de água												66.452,73	96.000,00	96.000,00		200.000,00	200.000,00			562.452,73

Obj.	Código da classificação económica		N.º do projeto / ação	Designação do programa e projeto / ação	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2015			Anos Seguintes				Total Previsto
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2016	2017	2018	Outros	
	02	07 03 03 07	10P017	Construção/requalificação do sistema de abastecimento de água	E	0	100	0	USUA	01-01-10	31-12-15	0	66.452,73	96.000,00	96.000,00		200.000,00	200.000,00			562.452,73
<b>2.4.5</b>	<b>Resíduos sólidos</b>												<b>3.359,18</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>						<b>8.359,18</b>
	02	07 01 10 01	10P039	Aquisição e manutenção de equipamento	O	0	100	0	USUA	01-01-10	31-12-15	0	3.359,18	5.000,00	5.000,00						8.359,18
<b>2.4.6</b>	<b>Proteção meio ambiente e conservação da natureza</b>												<b>20.803,50</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>						<b>23.803,50</b>
	02	07 03 03 05	10P029	Construção/requalificação de jardins	O	0	100	0	USUA	01-01-10	31-12-15	0	8.368,36	1.000,00	1.000,00						9.368,36
	02	07 03 03 07	10P031	Defesa florestal	O	0	100	0	O.A.	01-01-10	31-12-15	0	6.217,57	1.000,00	1.000,00						7.217,57
	02	07 03 03 08	10P031	Defesa florestal	O	0	100	0	O.A.	01-01-10	31-12-15	0	6.217,57	1.000,00	1.000,00						7.217,57
<b>2.5.1</b>	<b>Cultura</b>												<b>209.327,84</b>	<b>7.000,00</b>	<b>7.000,00</b>						<b>216.327,84</b>
	02	07 01 03 02	10P005	Requalificação de centros culturais	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	1.874,20	5.000,00	5.000,00						6.874,20
	02	07 01 03 07	10P036	Requalificação do património cultural	O	0	100	0	O.A.	01-01-10	31-12-15	0	103.726,82	1.000,00	1.000,00						104.726,82
	02	07 01 04 13	10P036	Requalificação do património cultural	O	0	100	0	O.A.	01-01-10	31-12-15	0	103.726,82	1.000,00	1.000,00						104.726,82
<b>2.5.2</b>	<b>Desporto, recreio e lazer</b>												<b>27.392,41</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>		<b>50.000,00</b>				<b>83.392,41</b>
	02	07 01 04 06	10P006	Construção de praias fluviais	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0		1.000,00	1.000,00						1.000,00
	02	07 01 04 06	10P007	Requalificação de espaços desportivos e estruturas	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	27.392,41	5.000,00	5.000,00		50.000,00				82.392,41
<b>3.3.1</b>	<b>Transportes rodoviários</b>												<b>820.958,95</b>	<b>45.000,00</b>	<b>45.000,00</b>		<b>310.000,00</b>	<b>100.000,00</b>			<b>1.275.958,95</b>
	02	07 03 03 08	02P190	Requalificação da rede viária existente	O	0	0	0	UOM	01-01-02	31-12-15	0	573.078,64	35.000,00	35.000,00		300.000,00	100.000,00			1.008.078,64
	02	07 03 03 08	09P004	Requalificação de caminhos agrícolas e rurais	O	0	0	0	UOM	01-01-09	31-12-15	0	243.730,43	5.000,00	5.000,00		10.000,00				258.730,43
	02	07 03 03 09	10P026	Sinalização viária e turística	O	0	100	0	UOM	01-01-10	31-12-15	0	4.149,88	5.000,00	5.000,00						9.149,88
<b>3.4.2</b>	<b>Turismo</b>													<b>70.000,00</b>	<b>70.000,00</b>		<b>100.000,00</b>	<b>50.000,00</b>			<b>220.000,00</b>
	02	07 01 04 06	10P040	Aqua Cávado	O	0	25	75	O.A.	01-01-10	31-12-15	0		70.000,00	70.000,00		100.000,00	50.000,00			220.000,00
<b>TOTAL</b>													<b>2.881.971,39</b>	<b>1.146.000,00</b>	<b>1.146.000,00</b>		<b>1.410.000,00</b>	<b>950.000,00</b>			<b>6.387.971,39</b>

## Órgão Executivo

Terras de Bouro, 30 de outubro de 2014

## Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de novembro de 2014

## 11. ANEXOS

### 11.1 Encargos com empréstimos

#### Caixa Geral de Depósitos

Empréstimo nº	Capital	Juros
9015004926891	12.133,99 €	628,08 €
	12.187,15 €	543,86 €
9015002272691	15.403,39 €	396,97 €
	15.431,41 €	368,95 €
9015004324391	18.313,74 €	998,03 €
	18.360,08 €	951,69 €
810000419291	382,47 €	44,91 €
	413,02 €	16,29 €
9015004579391	7.442,95 €	391,01 €
	7.460,30 €	373,66 €
810000406091	1.334,08 €	59,95 €
	1.334,08 €	55,67 €
9140013398391	16.931,05 €	1.430,97 €
	17.032,33 €	1.291,78 €
810000410991	2.299,76 €	103,35 €
	2.299,76 €	95,97 €
9015002313791	24.111,06 €	1.256,43 €
	24.198,70 €	1.168,79 €
810000414191	10.635,02 €	462,45 €
	10.671,58 €	420,89 €
<b>TOTAL CGD</b>	<b>218.375,92 €</b>	<b>11.059,70 €</b>

#### Caixa de Crédito Agrícola

Empréstimo nº	Capital	Juros
56027276582	3.816,19 €	372,15 €
	3.789,62 €	304,54 €
560038257776	13.387,67 €	97,30 €
	13.369,48 €	48,82 €
56038385217	11.288,87 €	404,32 €
	11.212,66 €	243,44 €
56047150047	15.766,88 €	1.762,83 €
	15.641,16 €	1.472,40 €
59040107226	15.722,99 €	1.168,07 €
	15.639,97 €	1.099,37 €
<b>TOTAL CCAM</b>	<b>119.635,49 €</b>	<b>6.973,24 €</b>

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

Empréstimo nº	Capital	Juros
2006.21.0002.2.00.1	5.306,06 €	3.614,20 €
	5.392,90 €	3.527,36 €
TOTAL IHRU	10.698,96 €	7.141,56 €

Quadro Resumo

Entidade	Capital	Juros
Caixa Geral de Depósitos	218.375,92 €	11.059,70 €
Caixa de Crédito Agrícola	119.635,49 €	6.973,24 €
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	10.698,96 €	7.141,56 €
TOTAL GERAL	348.710,37 €	25.174,50 €

### 11.2 Quadro-resumo dos subsídios ao investimento

Codificação	Descrição	Montante aprovado e não reembolsado
NORTE-08-0569-FEDER-000036	Requalificação da Vila do Gerês	261.538,60 €
	Cávado Digital Mais SAMA	185.791,21 €
Total		447.329,81 €

### 11.3 Mapa das entidades participadas

Designação entidade	NIPC	Participação	
		%	Valor
APESB - Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental	501062769	0,14%	103,36
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	0,28%	4.218,00
Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda Gerês - ADERE-PG	503361380	0,00%	0,00
BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	503730947	2,40%	42.000,00
Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda.	504595067	9,80%	79.807,66
CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo	505214504	5,31%	2.747,93
TCR - Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso, CRL	506592545	2,47%	5.000,00
AM MINHO - Associação de Municípios do Minho	506945987	7,69%	30.496,10
ALIANÇA ARTESANAL - Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Lda.	502037067	12,50%	396,54
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	508779472	0,00%	0,00
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	0,00%	0,00
ÁGUAS DO NOROESTE,S.A.	509436595	0,27%	177.162,12